

PROJETO DE CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E INSPEÇÃO
ESCOLAR

Belo Horizonte
2019

Projeto de curso de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. / Mário Gomes Ferreira. Belo Horizonte. 2019.

1. Pós-graduação lato sensu. 2. Legislação Educacional. 3. Legislação Educacional. I. Ferreira, Mário Gomes. Faculdade de Educação – FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.

CDC-

Índice para catálogo sistemático:

Pós-graduação *lato sensu*. Legislação Educacional. Legislação Educacional.

Universidade do Estado de Minas Gerais

Reitora

Prof. Lavínia Rosa Rodrigues

Vice-Reitor

Prof. Thiago Torres Costa Pereira

Chefe de Gabinete

Prof. José César Máximo Faria

Pró-Reitora de Ensino

Profa. Michelle G. Rodrigues

Pró-Reitora de Pesquisa

Profa. Magda Lucia Chamon

Pró-Reitora de Extensão

Profa. Moacyr Laterza Filho

Pró-Reitor de Gestão e Finanças

Prof. Fernando A. F. Sette P. Júnior

Faculdade de Educação - FAE

Diretor

Prof. Mauro Giffoni de Carvalho

Vice-Diretor

Prof. Lúcio Alves de Barros

Coordenação do Núcleo de

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Profa. Ana Catharina Mesquita de Noronha

Grupo de trabalho para projeto

Prof. Mário Gomes Ferreira

Prof. Laurici Vagner Gomes

Profa. Cirlene Cristina de Sousa

Profa. Daniela Passos

Profa. Liliane Souza e Silva

Corpo Docente da Faculdade de Educação - FAE

Departamento de Fundamentos Sócio-Histórico Filosófico da Educação - DFSHFE

Aline Choucair Vaz
Ana Amélia Borges de Magalhães Lopes
Ana Paula Andrade
Daniel Cardoso Alves
Daniela Oliveira Ramos dos Passos
Frederico Antônio de Araújo
Janice Aparecida de Souza
Jurandir de Souza
Karla Cunha Pádua
Laurici Vagner Gomes
Lázaro Eustáquio Silva Simim
Leandro Pena Catão
Liliane Souza e Silva
Lucio Alves de Barros
Magda Guadalupe dos Santos
Maria Cristina da Silva
Mário Gomes Ferreira
Nágela Aparecida Brandão
Sérgio Murilo Rodrigues
Vera Lúcia Nogueira
Vitória Régia Izaú

Departamento de Psicologia da Educação e Metodologia da Pesquisa – DPEMP

Ana Catharina Mesquita de Noronha
Catarina Dallapicula
Cirlene Cristina de Sousa
Clara Tatiana Dias Amaral
Cristina Alves Menezes Rocha
Deolinda Armani Turci
Frederico Antônio de Araújo
Ivana de Oliveira Carvalho
José Eustáquio de Brito
José Raimundo de Araújo
Lana Mara de Castro Siman
Lavinia Rosa Rodrigues
Luana Carola dos Santos
Mauro Giffoni de Carvalho
Merie Bitar Moukachar
Santuza Amorim da Silva
Simone Medeiros de Carvalho
Sônia Maria Rodrigues
Tuender Durães de Lima

Departamento de Administração Educacional – DAE

Bernarda Elane Madureira Lopes
Carla Maria Nogueira de Carvalho
Cláudia Ocelli Costa
Cristiane Silva França
Daniel Ribeiro de Almeida Chacon
Danielle Lameirinhas Carvalhar
Deise Elen Abreu do Bom Conselho
Francisco André Silva Martins
Jacqueline da Silva Gonçalves
José Cosme Drumond
Jussara Maria de Pinho Magalhães
Letícia Schneider de Pinho Dias
Maria do Carmo de Matos
Neide Elisa Portes dos Santos
Nilzilene Imaculada Lucindo

Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino - DMTE

Aline Choucair Vaz
Amanda Tolomelli Brescia
Ana Paula Braz Maletta
Andréa Silva Gino
Antônio Carlos Vassalo Alves
Cristiana Fonseca de Castro Oliveira
Daniela Amaral Silva Freitas
Daniela Perri Bandeira
Elisa Carneiro Santos de Almeida
Ely Roberto da Costa Maués
Evandro Alexandre da Silva Costa
Fabricio Andrade Pereira
Fernanda Aires Guedes Ferreira
Gláucia Marcondes Vieira
Gláucia Soares Barbosa
Ivane Laurete Perotti
Janayna Alves Brejo
José de Sousa Miguel Lopes
Joyce Lucerna Amaral
Juliana Cordeiro Soares Branco
Júlio César Machado
NF Liliana Borges
Lorene dos Santos
Luciana Zenha Cordeiro
Luciano Andrade Ribeiro
Lucio Alves de Barros
Marcelo Diniz Monteiro de Barros
Maria de Lourdes Teixeira
Maria Esperança de Paula
Maria Imaculada de Souza Marcenes Gonçalves
Moacir Gomes de Almeida
Patrícia Gonçalves Nery
Priscila Rezende Moreira
Regina Rosa dos Santos Leal
Renato Srbek de Araújo
Rogéria Cristina Alves
Tânia Pereira Santos

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	7
1.1 Nome do curso	7
1.2 Área de conhecimento	9
1.3 Unidade responsável.....	9
1.4 Modalidade	9
1.5 Área de concentração	10
1.6 Público alvo	10
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO CURSO	11
2.1 Histórico	11
2.2 Justificativa	11
2.3 Linhas de Pesquisa	13
2.4 Objetivos gerais e específicos	14
2.5 Demanda identificada	14
2.6 Perfil do egresso.....	16
3. ORGANIZAÇÃO E REGIME DE FUNCIONAMENTO	16
3.1 Carga horária total.....	17
3.2 Número de vagas.....	17
3.3 Período de realização.....	18
3.4 Funcionamento previsto	18
3.5 Critério de seleção e admissão de candidatos ao curso.	18
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	19
4.1 Condições que os alunos devem cumprir para integralizar o curso	19
4.2 Da elaboração do trabalho conclusão de curso	20
4.3 Matriz curricular:	21
4.3.1 Disciplinas distribuídas por módulos	22
4.3.2 Ementário e bibliografia.....	23
4.3.3 Planos de Ensino	33
4.4 Critérios de avaliação	73
4.5 Critérios de aprovação e frequência	74
5. COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE	75
5.1 Relação nominal dos docentes	75
5.2 Coordenação do curso	75
6. ESTRUTURA FÍSICA.....	76
6.1 Instalações.....	77
6.2 Equipamentos.....	78

7. OUTROS CURSOS EXISTENTES NA INSTITUIÇÃO.....	85
7.1 Curso de pós-graduação lato sensu ofertado pela unidade.	86
8. PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	86
REFERÊNCIAS.....	88
ANEXOS	89
(DECLARAÇÕES E CURRÍCULOS)	89

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Para melhor compreensão da proposta apresentamos o quadro abaixo com os dados gerais:

DADOS GERAIS			
IDENTIFICAÇÃO DO CURSO			
Nome:	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E INSPEÇÃO ESCOLAR		
Área do conhecimento:	Educação		
Subárea	Legislação Educacional		
Unidade Responsável:	Faculdade de Educação		
Coordenador:	Vitória Régia Izaú		
Funcionamento:	Sextas-feiras, das 19 às 22h30 e aos sábados, das 08h às 12h30 e de 14:00 as 18:00h.		
Modalidade	Área de concentração		
Presencial	Educação		
Público alvo			
O curso tem como público alvo os profissionais com atuação em Sistemas Educacionais Públicos ou Privados; entre esses profissionais: Bacharéis ou licenciados (somente os licenciados podem atuar como inspetor escolar na rede pública / legislação vigente) em áreas afins conforme tabela de avaliação da CAPES, Advogados com atuação na área educacional, Gestores e Diretores de Escolas ou de instituições de Ensino Superior, Supervisores de Ensino, Coordenadores Pedagógicos, Pesquisadores e Procuradores Institucionais de IES e demais profissionais da educação.			
ORGANIZAÇÃO E REGIME DE FUNCIONAMENTO			
C.H. total	Número de vagas	Período de realização	Funcionamento previsto
360 horas	Mínimo de 30 Máximo 40	08/2019 a 12/2020	2019
Nº Bolsas	Número de módulos	Número mensalidades	Número de disciplinas
01	03	16	18

Quadro 1: *Dados Gerais: identificação do curso, organização e regime de funcionamento.* Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

1.1 Nome do curso e concepção de educação

A opção pelo nome Pós-graduação *Lato Sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar, quer desenvolver a produção de conhecimento na perspectiva interdisciplinar entre a educação e o direito, sendo a educação a área de concentração. Constata-se a partir de pesquisa feita no Sistema E-MEC que das 136 instituições que ofertam curso de especialização nesta área, no que se refere ao nome do curso aparecem em três formas: 121 instituições nominaram seus cursos de *Direito Educacional*, 13 instituições optaram por *Legislação educacional* e 02 instituições apenas de *Legislação Educacional e Inspeção Escolar*. Num primeiro por considerarmos o conceito de ‘direito’ mais amplo que o conceito de ‘legislação’, muitas vezes equiparado a um fazer legalista, optamos pelo nome de

Direito Educacional e Inspeção Escolar, no entanto, para gerar dúvida ou conflito na interpretação da norma que regula a oferta de pós-graduação no âmbito da UEMG, manteremos o nome *Legislação Educacional e Inspeção Escolar*.

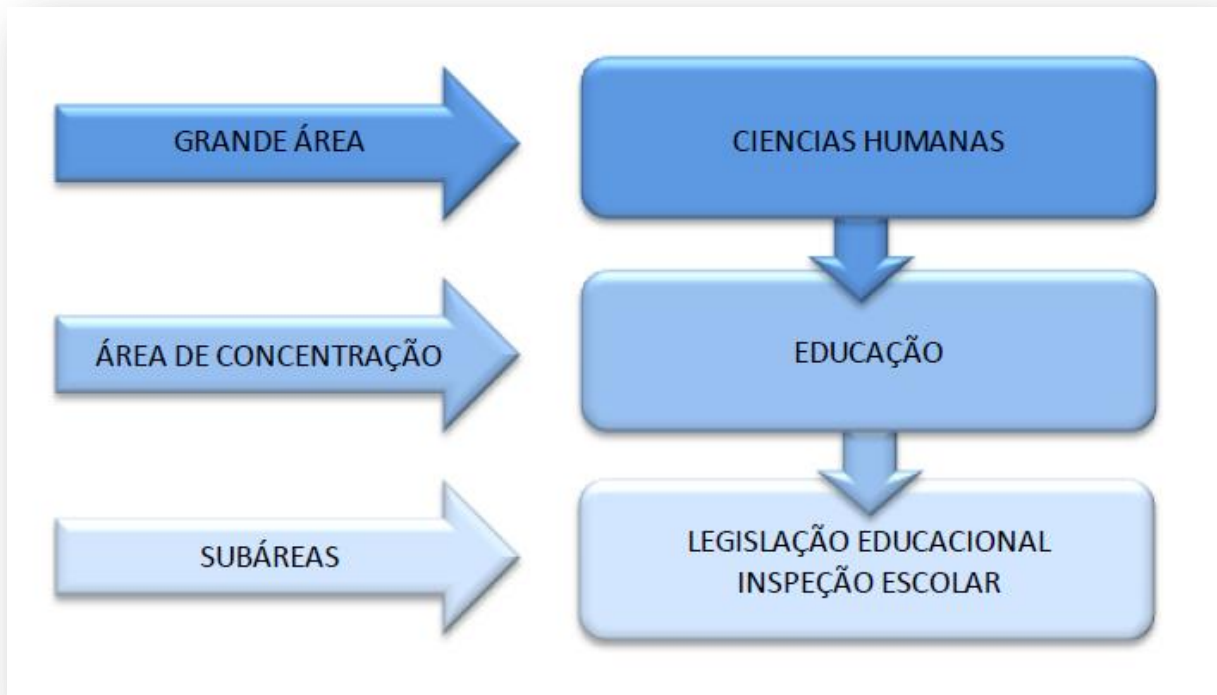
Ainda que a intenção inicial fosse tão somente pela denominação *Legislação Educacional*, para atendermos a uma demanda muito específica dos interessados pela área da inspeção escolar na rede pública de educação, e atentos à missão da Faculdade de Educação em contribuir para a formação continuada dos profissionais da educação em geral e de seus egressos, cedemos pela denominação que intitula este projeto.

A concepção de educação que norteia este curso compreende a educação como dimensão da vida em sociedade e o exercício da alteridade que reflete as contradições de mundo em transformação, cioso por soluções que perpassam pelos conhecimentos humanos e, sobretudo o conhecimento técnico-científico. A produção e o exercício de conhecimento científico implicam em inovação como solução de lacunas (muitas delas expressão do mal e da injustiça) que se respondidas na perspectiva desta concepção que se traduz por um conhecimento interdisciplinar, ético, responsável e autônomo significa: aproximar as distâncias conceituais, denunciar as injustiças e reclamar a reparação e fortalecimento da cultura dos direitos, exigir e praticar ações democráticas, possibilitar naquilo que compete o acesso ao mercado, optar por um mundo sustentável, exercitar-se politicamente por uma sociedade que cultive a coexistência cultural e respeite a diversidade de um mundo plural.

A legislação educacional nesta perspectiva e concepção de educação aqui declarada são pressupostos teóricos e práticos para o exercício da inspeção escolar e para a eficiência de uma inovadora gestão de espaços escolares. Neste sentido a legislação educacional é o instrumento necessário e não contingente para o exercício eficaz da inspeção escolar. A legislação educacional é a medida, é a lei entre as partes na “relação escola, estado e sociedade” que o inspetor(a) deve observar para o pleno exercício de sua função.

1.2 Área de conhecimento

Este curso congrega duas áreas do conhecimento, a dizer: Educação e Direito; mas deixa claro que a sua área de concentração é a área da Educação. Veja quadro a segui:



Quadro 2: identificação de área e subáreas de conhecimento. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

1.3 Unidade responsável

Fica responsável pela Pós-graduação *Lato Sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar, a Faculdade de Educação – FAE / Campus BH, uma vez aprovado será realizado nesta unidade. Atualmente a UEMG não dispõe de nenhuma norma que permita a oferta deste mesmo curso em outras unidades, no entanto a equipe responsável pela escrita do projeto entende e reconhece a importância deste conhecimento ser replicado em outros espaços ocupados por esta Universidade multicampi. Assim, coloca a disposição este mesmo projeto, respeitado as normas da universidade, e de direitos autorais se for o caso, para ser ofertado em outras Unidades Acadêmicas da UEMG. Isto quer dizer, que este projeto leva em conta o fato de que a UEMG é multicampi, presente em mais de 17 municípios espalhados pelo Estado de Minas Gerais.

1.4 Modalidade

A Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar será ofertada na modalidade presencial

1.5 Área de concentração

A Faculdade de Educação – FAE, em suas atividades, mesmo aquelas de natureza interdisciplinar, são concentradas na área da educação. Neste sentido, respeitando o fazer universitário desta faculdade e seu corpo docente, a Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar está concentrada na área da educação, como já mencionado em itens anteriores deste projeto.

1.6 Público alvo

O curso tem como público alvo os profissionais com atuação em Sistemas Educacionais Públicos ou Privados; entre esses profissionais: Bacharéis ou licenciados (somente os licenciados podem atuar como inspetor escolar na rede pública / legislação vigente) em áreas afins conforme tabela de avaliação da CAPES, Advogados com atuação na área educacional, Gestores e Diretores de Escolas ou de instituições de Ensino Superior, Supervisores de Ensino, Coordenadores Pedagógicos, Pesquisadores e Procuradores Institucionais de IES e demais profissionais da educação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO CURSO

2.1 Histórico

A Faculdade de Educação – FAE conta com uma história de mais de meio século, o que antecede a sua integração à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. A FAE iniciou as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com o curso de Pedagogia no Instituto de Educação de Minas Gerais permanecendo mantido por esta instituição por 25 anos até integrar-se à UEMG ajudando assim a construir a história da UEMG.

A Faculdade de Educação do Campus de Belo Horizonte, da UEMG, constituiu-se a partir da incorporação, em 1994, do Curso de Pedagogia do IEMG. As reais origens desse curso na educação mineira localizam-se em 1928/29, com a Escola de Aperfeiçoamento, cuja principal finalidade era a de preparar docentes para atuação em Escolas Normais, alcançando, deste modo, também a Educação no nível do então ensino primário. Em 1948 transformou-se no Curso de Administração Escolar com a função precípua de preparar profissionais para atuação nas escolas da rede estadual e em órgãos do sistema educacional, como o próprio órgão central e as inspetorias regionais e municipais de ensino. Em 1970 teve origem o Curso de Pedagogia, quando, por força da Lei Nº 5540/68, o Curso de Administração Escolar teve suas atividades concluídas, uma vez que passou a ser exigida em nível superior a formação do profissional ali preparado.¹

A Faculdade de Educação – FAE, considerando a sua história e experiência no campo da Educação, cursos humanos que possui, com mais de 90 professores em sua maioria doutores e mestres reconhece as condições para a ampliação de sua atuação na formação de profissionais da educação com a criação de novas licenciaturas e a abertura de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* em educação.

A FAE já oferece os cursos de pós-graduação *lato sensu* em “Alfabetização e Letramentos”, que busca “qualificar profissionais para a docência no processo de, fornecendo-lhes instrumentos teóricos e práticos, que poderão contribuir para a melhoria do Ensino de Língua Portuguesa, na escola básica.”² Buscando ampliar a oferta de pós-graduação *lato sensu* na Faculdade de Educação, iniciou-se entre um grupo de professores vinculados ao Núcleo de Estudos Sócio filosóficos a discussão em torno da criação de uma pós-graduação ocasião em que criou-se um grupo de trabalho para a escrita do projeto aqui apresentado.

2.2 Justificativa

Propor um projeto que amplia a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* da Faculdade de Educação – FAE se justifica quanto aos **Recursos Humanos da FAE**, com um quadro docente de mais de 90 professores o que possibilita a atuação destes docentes sem

¹ Portal da Faculdade de Educação. http://fae.uemg.br/FaE_sobre.php.

² Portal da Faculdade de Educação. http://fae.uemg.br/PosGraduacao/FaE_PGradsobre.php

prejuízo a sua carga horária e a sua atuação junto à graduação. Com o evento do último concurso, posse e efetivo exercício do novo corpo docente a FAE conta com um vasto quadro docente nas áreas de didática, língua portuguesa, tecnologia, inclusão, filosofia, sociologia, antropologia, ciências da natureza, psicologia, história, espaço e sociedade, políticas públicas, artes, formação docente, gestão, currículo e sistema de ensino, matemática, educação física e pesquisa, o que possibilita a criação deste e outros cursos de especialização.

Este projeto se justifica também pela **sua produção de conhecimento em Legislação Educacional** visto que poucas instituições ofertam cursos nesta área do conhecimento em nível de especialização em Belo Horizonte. Mais que a simples oferta, o curso amplia o universo da discussão em torno da temática, produzindo conhecimento, papel da universidade pública.

Outra justificativa pela oferta do curso é o seu alcance na **formação continuada de profissionais da educação e egressos da FAE**, visto que todos os anos a faculdade de Educação cumpre o seu dever de entregar à sociedade, profissionais da educação com o título de graduados, especialistas e mestres em educação, no entanto com a oferta do curso aqui proposto este alcance amplia a seus egressos e demais profissionais da área.

Como se demonstrará em item posterior existe uma **demand social** que justifica a oferta deste curso, de um lado profissionais diversos com interesse na área e de outro a possibilidade de construção de uma nova abordagem do Legislação Educacional em interface ao cotidiano docente no ambiente escolar, que supere práticas legalistas, dogmáticas, limitadas e opressoras, e que possibilite praticas inovadoras para uma coexistência educacional plural, principiológica, ética e libertadora.

Outro ponto que justifica a oferta deste curso são as **metas do PDI da UEMG para o período 2015-2024 com relação ao lato sensu** que prevê a oferta de cursos de especialização “por todas as Unidades da UEMG, com criação de, pelo menos, 10 novos cursos nos próximos cinco anos, e aumento dessa oferta no período subsequente. Essa ampliação pode se dar tanto pela criação de cursos realmente novos, quanto pela oferta, à distância, de cursos hoje oferecidos presencialmente.”³ Em 2014 a UEMG contava com 113 graduações presenciais e 02 à distância, 37 especializações presenciais e 02 à distância, 05 mestrados e 02 doutorados em um universo de 18.953 estudantes, hoje 2018 este número ultrapassam os 21.000 estudantes em sua maioria nos cursos de graduação.⁴ A oferta deste curso irá colaborar de modo significativo para o alcance de uma meta que é institucional.

³ PDI. p. 60.

⁴ Cf. UEMG. *Plano de Gestão 2014 / 2018*. p. 14.

No ano de 2014 gestores da UEMG, e diretores do Campus BH e das Unidades Acadêmicas do Interior, reunidos para o Plano de Gestão 2014/2018, apontou como grande objetivo norteador das ações da universidade a “consolidação da UEMG como universidade multicampi, com excelência acadêmica e capacidade de contribuir para a promoção de processos de desenvolvimento regionais, tendo como princípio orientador a construção da Unidade na Diversidade”; embora o referido plano encerra exatamente no ano em que se propõe a oferta do curso, dada a natureza multicampi da UEMG, parece pertinente à **interação entre as unidades acadêmicas** e este projeto proporciona isso na medida em que conta com a colaboração de docentes de outra Unidade acadêmica com atuação na área do direito, abrindo assim precedência para a oferta deste curso em outras regiões do Estado como é o caso da Unidade de Diamantina no Vale do Jequitinhonha.

Como estabelecido em lei, o exercício docente tem como prioridade o ensino na graduação, no entanto o fazer docente na academia não se limita aí, onde a **experiência dos docentes da FAE junto a cursos de pós-graduação** contribui para a produção de conhecimento, rompendo os limites da graduação positivamente, pois provoca nestes, crescimento, pessoal, profissional e acadêmico.

2.3 Linhas de Pesquisa

O curso possui quatro linhas de pesquisa que nortearão suas atividades e pesquisas, bem como necessariamente os trabalhos de conclusão de curso deverão nortear-se. Veja quadro abaixo:

Nº	LINHA	DESCRIÇÃO
01	Direito Educacional em interface com poder, cultura e ética	As contribuições do direito educacional para a coexistência de culturas e diálogos diante da problemática de fundamentação do <i>ethos</i> num mundo plural e globalizado, marcado por relações tensas de poder e culturas que manifestam no campo da formação humana e da educação.
02	Legislação Educacional em interface do cotidiano docente	Constituição e atuação docente, eficácia e efetividade da Constituição e dos direitos fundamentais no campo da educação; as relações do direito administrativo, dos direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, e legislações aplicadas à educação básica, ensino superior, educação especial, bem como a avaliação de sistemas educacionais.
03	Ensino e cotidiano docente	Análise da didática do ensino superior, da liberdade de cátedra e estado laico bem como a avaliação de sistemas educacionais.
04	Práticas educativas e cotidianos docente	As práticas educativas e cotidianos docente analisadas a partir das legislações que norteiam a Educação Básica, o Ensino Superior e a Educação Especial.

Quadro 3: *Linhas de Pesquisa.* Projeto de Pós-graduação lato sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

2.4 Objetivos gerais e específicos

O Curso de Legislação Educacional e Inspeção Escolar, tem como objetivo geral a formação continuada de profissionais da educação, gestores e juristas no nível de Pós-graduação *Lato Sensu* com conhecimento técnico e científico no campo da legislação educacional e cotidiano docente no espaço escolar.

São Objetivos específicos:

- Compreensão das contribuições do Legislação Educacional para a coexistência de culturas e diálogos diante da problemática de fundamentação do *ethos*no mundo contemporâneo, plural e globalizado, marcado por relações tensas de poder e culturas que manifestam no campo da formação humana e da educação;
- Conhecimento da Legislação Educacional em interface do cotidiano docente, com noções de Constituição e atuação docente, das relações do direito administrativo, dos direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, e legislações aplicadas à educação básica, ensino superior, educação especial, bem como a avaliação de sistemas educacionais;
- Visão de ensino no que se refere à didática do ensino superior, a liberdade de cátedra e estado laico bem como a avaliação de sistemas educacionais;
- Conhecimento em Práticas educativas e cotidianos no que se refere à legislação e cotidianos da Educação Básica, do Ensino Superior e da Educação Especial;

2.5 Demanda identificada

Atualmente no Brasil 136 instituições ofertam Pós-graduação *lato sensu* em Direito Educacional e Inspeção Escolar ou Legislação Educacional, entre estas, 5 (cinco) em Belo Horizonte e 1(uma) em Contagem conforme quadro a seguir:

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM BELO HORIZONTE QUE OFERTAM PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU EM DIREITO EDUCACIONAL OU LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.			
Instituição	Nome do Curso	Presencial	EAD
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Direito Educacional		X
Faculdade Educacional de Cornélio Procópio – FACED	Direito Educacional	X	
Nova Faculdade – NF (Contagem)	Direito Educacional	X	

Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI	Direito Educacional	X	
Faculdade de Educação – ISECUB	Legislação Educacional e Inspeção Escolar	X	
Faculdade de Pedagogia de Afonso Cláudio – ISEAC	Legislação Educacional e Inspeção Escolar	X	

Quadro 4: *Instituições de ensino superior em Belo Horizonte que ofertam pós-graduação lato-sensu em Legislação Educacional ou legislação educacional.. Projeto de Pós-graduação lato sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. 2019.*

Considerando que após o ano de 2008 os novos cursos de Graduação em Pedagogia deixaram de ofertar as habilitações em Supervisão, Inspeção, ficando a cargo do interessado cursar uma pós-graduação na área, conforme dispõe a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº1 DE 15 de Maio de 2006.

Considerando o disposto no Art. 8º da *RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE MARÇO DE 2008* que define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB em que:

Integram o magistério da Educação Básica os profissionais que dão suporte pedagógico direto ao exercício da docência, exercendo as funções de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica: I – os licenciados em Pedagogia ou os formados em nível de pós-graduação; II – os docentes designados nos termos de legislação e normas do respectivo sistema de educação.

Considerando o público alvo deste projeto, isto é, profissionais com atuação em Sistemas Educacionais Públicos ou Privados; entre esses profissionais: Bacharéis ou licenciados (somente os licenciados podem atuar como inspetor escolar na rede pública / legislação vigente) em áreas afins conforme tabela de avaliação da CAPES, Advogados com atuação na área educacional, Gestores e Diretores de Escolas ou de instituições de Ensino Superior, Supervisores de Ensino, Coordenadores Pedagógicos, Pesquisadores e Procuradores Institucionais de IES e demais profissionais da educação.

Entendemos que uma pós-graduação nesta área possui uma demanda considerável, ainda que outros aspectos possam influenciar na opção pessoal do público em geral, entre eles o aspecto financeiro. No entanto este projeto demonstra que a Faculdade de Educação possui os recursos humanos necessários para oferta do curso e para, além disso, amplia a sua oferta de cursos de especialização.

2.6 Perfil do egresso

Este projeto quer formar o seguinte perfil do egresso do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar:

- Compreensão do Legislação Educacional em interface com poder, cultura e ética, bem como a compreensão das contribuições do direito educacional para a coexistência de culturas e diálogos diante da problemática de fundamentação do *ethos* num mundo plural e globalizado, marcado por relações tensas de poder e culturas que manifestam no campo da formação humana e da educação;
- Conhecimento da Legislação Educacional em interface do cotidiano docente, com noções de Constituição e atuação docente, eficácia e efetividade da Constituição e dos direitos fundamentais no campo da educação; as relações do direito administrativo, dos direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, e legislações aplicadas à educação básica, ensino superior, educação especial, bem como a avaliação de sistemas educacionais;
- Visão de ensino no que se refere à docência e didática do ensino superior, a liberdade de cátedra e estado laico bem como a avaliação de sistemas educacionais;
- Conhecimento em Práticas educativas e cotidianos no que se refere à legislação e cotidianos da Educação Básica, do Ensino Superior e da Educação Especial;
- Prática em pesquisa a partir da discussão de metodologia da pesquisa científica e da experiência da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso;
- Habilitação em Docência no ensino superior;
- Inspetor escolar na rede pública caso seja portador de diploma de licenciatura conforme legislação vigente.

3. ORGANIZAÇÃO E REGIME DE FUNCIONAMENTO

A organização, regime e funcionamento do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar, observa o disposto na LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional ⁵; na

⁵ BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

RESOLUÇÃO N° 1, DE 8 DE JUNHO DE 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização⁶; na RESOLUÇÃO CEE N° 459, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013 do Conselho Estadual de Educação – CEE/MG⁷ que consolida normas relativas à educação superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências; na RESOLUÇÃO CONUN/UEMG N° 374/2017, de 26 de outubro 2017, que estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais⁸; nas NORMAS GERAIS DA PÓS-GRADUAÇÃO – UEMG⁹ e demais legislações vigentes aplicáveis.

3.1 Carga horária total

O curso de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar possui a carga horária total de 360 horas, obedecendo assim o disposto no Art. 5° da RESOLUÇÃO N° 1, DE 8 DE JUNHO DE 2007 que “os cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, têm duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.”¹⁰.

3.2 Número de vagas

O projeto inicial estabelece o número mínimo de 30 vagas e máximo de 40 vagas por turma, que leva em consideração a receita razoável para a manutenção do curso, bem como margem de evasão, considerando que este é um curso pago, modalidade já praticada pela Universidade do estado de Minas Gerais – UEMG, com recursos administrados pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de MG - FADECIT.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. *Resolução n° 1, de 8 de junho de 2007*. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

⁷ CEE/MG. *Resolução CEE n° 459, de 10 de dezembro de 2013*. Consolida normas relativas à educação superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências.

⁸ UEMG. *Resolução CONUN/UEMG N° 374/2017, de 26 de outubro 2017*. Estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais.

⁹ UEMG. *Normas Gerais da Pós-Graduação – UEMG*.

¹⁰ BRASIL. *Resolução n° 1, de 8 de junho de 2007*.

3.3 Período de realização

O Curso será realizado em três etapas (módulos), no período de 1(um) ano e meio, obedecendo assim o disposto nas NORMAS GERAIS DA PÓS-GRADUAÇÃO – UEMG que estabelece que nenhum curso de pós-graduação *lato sensu* em sua realização excederá o prazo de 2 (dois) anos consecutivos.

3.4 Funcionamento previsto

Uma vez aprovado recomendado o projeto no âmbito da Unidade Acadêmica, analisado pela PROPPG e pela Câmara de Pós-Graduação Lato Sensu, aprovado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE, e aprovada a sua viabilidade financeira no Conselho Universitário – CONUN, a coordenação do curso iniciará a sua ampla divulgação com previsão de funcionamento da primeira turma no segundo semestre do ano letivo de 2019.

3.5 Critério de seleção e admissão de candidatos ao curso.

Os candidatos serão selecionados e admitidos considerando carta de intenção, entrevista, e para efeito de classificação será considerada pontuação final alcançada em quadro de pontuação abaixo:

QUADRO DE PONTUAÇÃO		
ITEM	SUBITENS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
FORMAÇÃO E TITULAÇÃO PROFISSIONAL:		
Formação e Titulação	Licenciado em Pedagogia (30 pontos)	Será pontuada a Maior titulação
	Licenciado em área afim da seleção (20 pontos)	
	Bacharel em Direito (15 pontos)	
	Bacharel em área afim da seleção (10 pontos)	
Subtotal		30 pontos
ATUAÇÃO PROFISSIONAL		
Atuação Profissional Relacionada à Área e Áreas Afins	ENSINO	
	Educação Básica (1 ponto por semestre)	20
	GESTÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	
	Direção e Vice-direção de Escolas de Educação Básica ou Instituições de Ensino Superior (1 ponto por semestre)	8
	Coordenação de curso, Coordenação de programas institucionais e Chefias de departamentos, núcleos e centros, Pesquisadores Institucionais (1 ponto por semestre)	10
	Especialista em educação (1 ponto por semestre)	8
	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
Trabalhos técnicos de assessoria e/ou consultoria (1 ponto por trabalho)	4	

Subtotal		50 pontos
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA, TECNOLÓGICA E ARTÍSTICA		
Produções	Artigos completos em periódicos (1 ponto por artigo)	20
	Artigos completos em anais de congresso (1 ponto por artigo)	
	Livro com temática na área da educação ou do direito (3 pontos por organização, autoria, edição)	
	Capítulo de Livro (1 ponto por capítulo)	
Subtotal		50 pontos
TOTAL		100 PONTOS

Quadro 5: *Quadro de pontuação.* Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 Condições que os alunos devem cumprir para integralizar o curso

São condições para o estudante da Pós-graduação lato sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar integralizar o curso:

- Cumprir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);¹¹
- Obter aproveitamento de no mínimo 70% (setenta por cento) nas disciplinas da matriz curricular do curso;
- Submeter a avaliação feita a critério do professor e de acordo com as características de cada disciplina, podendo compreender arguições, provas, exames, relatórios, trabalhos e projetos;¹²
- Elaborar, apresentar publicamente, ser aprovado e depositar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em uma das linhas do curso na Biblioteca da Faculdade de Educação;

4.2 Da elaboração do trabalho conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, deverá ser elaborado a partir das diretrizes das linhas de pesquisa do curso (ver item 2.3), apresentado publicamente, aprovado e depositado obedecendo aos critérios abaixo:

- Antecede a elaboração do TCC o projeto de Conclusão de Curso devidamente aprovado por comissão designada pela coordenação;
- O TCC deverá ser orientado por um dos professores do Curso Pós-Graduação *lato sensu* ou professores da graduação que tenham o interesse;
- O TCC deverá ser submetido à Banca Examinadora composta por três docentes do curso ou convidados externos em sessão pública devidamente divulgada através de edital;
- O TCC será aprovado se alcançado a nota mínima de 70 % dos pontos ponderados entre os membros da Banca;
- O estudante deverá fazer as devidas correções ou adequações se houver e depositar o trabalho em formato a ser estabelecido por meio de circular da coordenação do Curso.
- O estudante terá o prazo máximo de seis meses, após encerradas as aulas presenciais, para o depósito/defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

¹¹ Conforme estabelecido no *Parágrafo único* do Art. 41 do Regimento Geral da UEMG, em que “o estudante que não tiver frequentado pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares programadas numa dada disciplina estará automaticamente reprovado na mesma” In: UEMG. Resolução CONUN/UEMG Nº 374/2017, de 26 de outubro 2017. Estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais.

¹² Cf. UEMG. Normas Gerais da Pós-Graduação – UEMG.

Quanto ao formato do TCC para fins de conclusão dessa especialização o estudante ouvindo o seu orientador poderá optar por um dos formatos de TCC a seguir:

Item	Formatos	Descrição dos formatos	Processo avaliativo
01	Monografia	O trabalho em conformidade com as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em sua NBR 14724 / 2002, que dispõe sobre: informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. A coordenação disponibilizará <i>template</i> próprio para a versão final e necessariamente deverá vincular-se a uma das seguintes linhas: Direito Educacional em interface com poder, cultura e ética; Legislação Educacional em interface do cotidiano docente; Ensino e cotidiano docente; Práticas educativas e cotidianos docente.	Deverá ser submetido à Banca Examinadora composta por três docentes do curso ou convidados externos em sessão pública devidamente divulgada através de edital; Será aprovado se alcançado a nota mínima de 70 % dos pontos ponderados entre os membros da Banca; Deverá fazer as devidas correções ou adequações se houver e depositar o trabalho em formato a ser estabelecido por meio de circular da coordenação do Curso.
02	Artigo científico	O trabalho em conformidade com as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em sua NBR 6022/ 2003, que dispõe sobre artigo em publicação periódica científica impressa. A coordenação disponibilizará <i>template</i> próprio para a versão final e necessariamente deverá vincular-se a uma das seguintes linhas: Direito Educacional em interface com poder, cultura e ética; Legislação Educacional em interface do cotidiano docente; Ensino e cotidiano docente; Práticas educativas e cotidianos docente.	Deverá ser submetido à Banca Examinadora composta por três docentes do curso ou convidados externos em sessão pública devidamente divulgada através de edital; Será aprovado se alcançado a nota mínima de 70 % dos pontos ponderados entre os membros da Banca; Deverá fazer as devidas correções ou adequações se houver e submeter a periódico nas áreas de educação ou direito. Fica dispensado da apresentação em banca caso o mesmo seja aceito para publicação é periódico com Qualis (A1 a B2) nas áreas de educação ou direito.

Quadro 6: *Formatos de TCC.* Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019

4.3 Matriz curricular:

EIXOS	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
		Por disciplina	Por Eixo
Propedêutico	Ética	15	30
	Estudos Culturais e Antropologia	15	

Legislação	Constituição e atuação docente	15	90
	Atuação docente no Direito Administrativo	15	
	Relações de trabalho nos diferentes sistemas educacionais	15	
	Direito de Família e sua relação com a escola.	15	
	Direitos Humanos, teoria do reconhecimento e enfrentamento a violência.	15	
	Estatuto da Criança e do Adolescente: O papel da escola, do Conselho Tutelar e do Ministério Público	15	
Ensino	Docência e didática do Ensino Superior	30	90
	Liberdade de Cátedra e Estado Laico	30	
	Avaliação de Sistemas Educacionais	30	
Práticas educativas e cotidianos	Legislação e cotidianos da Educação Básica	30	120
	Legislação e cotidianos do Ensino Superior	30	
	Legislação e cotidianos da Educação Especial	15	
	Legislação e Inspeção Escolar	30	
	Financiamento da Educação Pública	15	
Pesquisa	Metodologia da Pesquisa Científica	15	30
	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	15	
TOTAL		360	360

Quadro 7: *Matriz Curricular*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

4.3.1 Disciplinas distribuídas por módulos

DADOS GERAIS DOS MÓDULOS		
MODULOS	DISCIPLINA	C.H. MÓDULO
Modulo I	Ética	105
	Estudos Culturais e Antropologia	
	Constituição e atuação docente	
	Atuação docente e Direito Administrativo	
	Relações de trabalho nos diferentes sistemas educacionais	
	Direito de Família e sua relação com a escola.	
Modulo II	Estatuto da Criança e do Adolescente: O papel da escola, do Conselho Tutelar e do Ministério Público	135
	Direitos Humanos, teoria do reconhecimento e enfrentamento a violência	
	Docência e Didática do Ensino Superior	
	Liberdade de Cátedra e Estado Laico	
	Avaliação de Sistemas Educacionais	
Modulo III	Legislação e cotidianos da Educação Básica	120
	Legislação e cotidianos do Ensino Superior	
	Legislação e cotidianos da Educação Especial	
	Legislação e Inspeção Escolar	
	Financiamento da Educação Pública	
	Metodologia da Pesquisa Científica	
TOTAL		360

Quadro 8: *Dados gerais dos módulos.* Projeto de Pós-graduação lato sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

4.3.2 Ementário e bibliografia

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS - I MÓDULO
<p>Ética: Estudo do ethos ao longo da história do pensamento filosófico ocidental, buscando compreender caminhos possíveis diante da diversidade e identidades culturais que constroem opiniões diversas no mundo contemporâneo marcado pela pluralidade.</p> <p>Bibliografia Básica ARISTÓTELES. <i>Ética a Nicômaco</i>. seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. KANT, Immanuel. <i>Fundamentação da Metafísica dos Costumes</i>. Trad. Guido Antônio de Almeida. Discurso Editorial. 2009. VAZ, Henrique C. de Lima. <i>Escritos de filosofia II: ética e cultura</i>. São Paulo: Loyola, 1988. 295 p. (Filosofia, 8).</p> <p>Bibliografia Complementar VAZ, Henrique C. de Lima. <i>Escritos de filosofia I: problemas de fronteira</i>. São Paulo: Loyola, 1986. 310 p. (Filosofia, 3). VAZ, Henrique C. de Lima. <i>Escritos de filosofia IV: introdução a ética filosófica 1</i>. São Paulo: Loyola, 1999. 483 p. (Filosofia, 47). VAZ, Henrique C. de Lima. <i>Escritos de filosofia V: introdução a Ética filosófica 2</i>. São Paulo: Loyola, 2000. 246 p. (Filosofia, 50). VAZ, Henrique C. de Lima. <i>Ética e direito</i>. Organização e introdução de Cláudia Toledo e Luiz Moreira. São Paulo: Loyola, 2002. 366 p.</p>
<p>Estudos Culturais e Antropologia: Estudo das diversas fontes e métodos da antropologia, conceito de cultura: natureza, estrutura, nível de participação, qualidades e processos culturais; o problema da natureza na antropologia e origens da humanidade; diretrizes para os direitos culturais: relativismo e etnocentrismo, valores culturais, direito à autonomia tribal; direito à preservação do patrimônio histórico-artístico e da memória cultural, fontes de cultura, meio ambiente cultural e direitos culturais, patrimônio cultural e cidadania.</p> <p>Bibliografia Básica: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. <i>Tutela do Patrimônio Cultural. Doutrina, Jurisprudência e Legislação</i>. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. ANDRÉ, Marli Eliza D. A. <i>Etnografia da prática escolar</i>. Campinas: Papyrus, 1995 BAHBHA, Komi K. <i>O local da cultura</i>. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.</p> <p>Bibliografia Básica CEVASCO, Maria E. <i>Dez lições sobre estudos culturais</i>. São Paulo: Boitempo, 2003. GEERTZ, Clifford. <i>A interpretação das culturas</i>. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. LÉVI, Giovanni. <i>A Herança Imaterial</i>. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. MAFFESOLI, Michel. <i>A transfiguração do político: a tribalização do mundo pós-moderno</i>. 3ª ed., Porto Alegre: Sulina, 2005. SCHWARCZ, Lilia Moritz. <i>O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2011. TAYLOR, Charles. <i>El multiculturalismo y La política Del reconocimiento</i>. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.</p>
<p>Constituição e atuação docente: Constituição, conceito e espécies; poder constituinte e reforma constitucional. Constituição da República Federativa do Brasil: Princípios</p>

Fundamentais, supremacia, e controle de constitucionalidade das normas; organização do Estado Brasileiro e os poderes do Estado: legislativo, executivo, judiciário e suas relações com a educação; funções essenciais à justiça, a defesa do Estado e das Instituições; ordem econômica, financeira e social.

Bibliografia Básica

MENDES, Gilmar, COELHO, Inocêncio e BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2002.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. *Competências na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 2005.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 1997.

CATTONI, Marcelo. *Devido Processo Legislativo*. Belo Horizonte, Mandamentos, 2000.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. *Jurisdição Constitucional Democrática*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Processo Constitucional de Formação das Leis*. São Paulo: Malheiros, 2006.

STRECK, Lênio Luiz. *Jurisdição Constitucional e Hermenêutica*. São Paulo: Forense, 2004.

Atuação docente e Direito Administrativo: Administração Pública: princípios e organização, a administração direta e indireta; agentes públicos e espaço escolar; poderes e deveres da administração em espaços escolares; atos administrativos e atuação docente; licitação e contratos administrativos na gestão educacional; domínio público e responsabilidade civil do Estado.

Bibliografia Básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*, São Paulo: Malheiros, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Motivação e controle do ato administrativo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, São Paulo: Atlas, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2004.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros,

2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2006.

ZANCANER, Weida. *Da Convalidação e da Invalidação dos Atos Administrativos*. São Paulo: Malheiros, 1993.

Relações de trabalho nos diferentes sistemas educacionais: Formação histórica do direito do trabalho e evolução do trabalho docente no Brasil. Fontes normativas e princípios jurídicos; Relação de trabalho e relação de emprego. Terceirização trabalhista. Remuneração e salário: conceituação e composição; Caracterização, classificação e tipos de salários, modalidades de salário: salário básico, abono, adicionais, comissões, gratificações, 13º salário, prêmios, parcelas atípicas; duração do trabalho docente: jornada, intervalos trabalhistas, dias de descanso; interrupção e suspensão contratuais; o instituto das férias.

Bibliografia Básica:

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 3 ed. São Paulo, LTr, 2007.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 6 ed. São Paulo: LTr, 2007.

SÜSSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA, Lima, et al. *Instituições de direito do trabalho*. 22.ed. vols. I e II. São Paulo: LTr, 2005.

Bibliografia Complementar:

CARRION, Valentin. *Comentários à consolidação das leis do trabalho*. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DELGADO, Gabriela Neves. *Terceirização: paradoxo do direito do trabalho contemporâneo*. São Paulo: LTr, 2003.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Curso de direito do trabalho*. 18.ed. São Paulo: Forense, 2007.

GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. *Flexibilização trabalhista*. 2 ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. *Direito do trabalho como instrumento de justiça social*. São Paulo: LTr, 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho*. 31. ed. São Paulo: LTr, 2006.

PIMENTA, José Roberto et. al. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectivas*. São Paulo: LTr, 2004.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. *Princípios de direito do trabalho*. 3.ed. São Paulo: LTr, 2004.

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS - II MÓDULO

Direito de Família e sua relação com a escola: Direitos de família e suas implicações no ambiente escolar: Família, casamento, modelos de família, direito convivencial, parentesco, filiação, adoção, poder familiar, alimentos, guarda, tutela, curatela, ausência e vida escolar.

Bibliografia Básica

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *O Direito de família e o novo Código Civil*. Belo Horizonte, Del Rey, 2006.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

Bibliografia Complementar

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro VI: Direito de Família/ 2 ed.,*

2006.

MADALENO, Rolf(Coord.) *Ações de Direito de Família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil- Direito de Família*. Vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2006.

VENOSA, Silvio Salvo. *Direito Civil - Direitos de Família*. Vol. 6. São Paulo: Atlas, 2006.

Direitos Humanos, teoria do reconhecimento e enfrentamento a violência: Análise do sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos e enfrentamento a violência no ambiente escolar. Conceitos, identidade, movimentos sociais e lutas políticas; dimensões da auto realização e a concepção crítica de justiça; reconhecimento, redistribuição e representação; o primado da ação na configuração das identidades políticas; reconhecimento dialógico; não-reconhecimento, opressão e falso reconhecimento, críticas à abordagem do reconhecimento; lutas por reconhecimento no Brasil.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. *Os Direitos Humanos na Sala de Aula: A Ética Como Tema Transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações sociais*. São Paulo: Ática, 2002.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça internacional*. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. São Paulo: Saraiva.

ABRAMOVAY, M (Coord.). *Cotidiano das escolas: entre Violências*. Brasília: UNESCO; Observatório de Violências nas escolas; MEC, 2005.

Estatuto da Criança e do Adolescente: O papel da escola, do Conselho Tutelar e do Ministério Público: A evolução histórico-social da infância e adolescência e sua conceptualização jurídica; Os direitos fundamentais da criança e do adolescente: prevenção, política de atendimento, medidas de proteção, a prática do ato infracional, as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; Os Crimes e Infrações administrativas; A Convenção Internacional dos Direitos da Criança; O papel do Conselho Tutelar, Escola e Ministério Público.

Bibliografia Básica:

ANDRADE MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo (Coord). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente*. 3.ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Editora LTr, 1999.

SALIBA, Maurício Gonçalves. *O Olho do Poder: Análise Crítica da Proposta Educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: UNESP, 2006.

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. De Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

CURY, Munir; MARÇURA, Jurandir e; PAULA, Paulo Afonso Garrido de. *Estatuto da Criança e do Adolescente anotado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PEREIRA, Tânia da Silva. *O melhor interesse da criança: um debate interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PRIORI, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

TAVARES, José de Farias. *Direito da infância e da juventude*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

TRINDADE, Jorge. *Direito da criança e do adolescente: uma abordagem multidisciplinar*. São Paulo: Livraria do Advogado, 2005.

VALENTE, José Jacob. *Estatuto da Criança e do Adolescente: apuração do ato infracional à luz da jurisprudência*. São Paulo: Atlas, 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry (org.) *Violência e exploração sexual infanto-juvenil: crimes contra a humanidade*. Florianópolis. OAB editora, 2005.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito da criança e do adolescente*. Florianópolis: OAB, 2006.

Docência e didática do Ensino Superior: Histórico do campo da Educação Superior no Brasil e o trabalho docente no contexto universitário; As perspectivas e desafios do contexto social, político e econômico e suas implicações no ensino superior; A ação docente na Universidade e sua relação com o estudante universitário, seu papel e representação no espaço acadêmico; A produção do conhecimento científico; As tecnologias no ensino superior.

Bibliografia Básica

ALARCÃO, I. (org.) *Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão*. Porto, Portugal: Editora Porto, 1996.

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. *O Professor universitário em sala de aula*. São Paulo: Autores Associados, 1978.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O Ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais*. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar

BERBEL, Neusi Aparecida N. (org.). *Questões de ensino na Universidade: conversas com quem gosta de aprender para ensinar*. Londrina: Ed. UEL, 1998.

FERREIRA, Rodolfo. *Entre o Sagrado e o profano: o lugar social do professor*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

GASPARINI. *Por uma didática da pedagogia histórico-crítica*. Cortez, 2002.

MOREIRA, Daniel A. (org.). *Didática do Ensino Superior: técnicas e tendências*. São Paulo: Pioneira, 1997.

MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo: Universidade em questão*. Brasília: Editora UnB, 2004.

Liberdade de Cátedra e Estado Laico:

A educação como direito fundamental e a liberdade de ensinar na Constituição Federal de 1988; A liberdade de cátedra e o planejamento educacional; A liberdade acadêmica, tolerância e debate crítico. O debate acerca da tolerância no século XXI, o confronto entre religiões hegemônicas, e as culturas que formam as sociedades democráticas; A laicidade do estado.

Bibliografia Básica

ZARKA, Y.C. 2013. *Difícil tolerância: a coexistência de culturas em regimes democráticos*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 192 p.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 197-a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Bibliografia Complementar

ADRAGÃO, Paulo Pulido. *A liberdade religiosa e o Estado*. Coimbra: Almedina, 2002.

CAMPOS, Diogo Leite de. *Nós. Estudos sobre os direitos da pessoa*. Coimbra: Almedina, 2004.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A liberdade como autonomia recíproca de acesso à informação*, p. 242. In GRECO, Marco Aurélio; SILVA MARTINS, Ives Gandra.

Direito e Internet. Relações jurídicas na sociedade informatizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MARTINS-COSTA, Judith. *Pessoa, Personalidade, Dignidade*. (ensaio de uma qualificação). Tese de Livre-Docência. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2003.

REALE, Miguel. *Pluralismo e Liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.

ROSENFELD, Denis. *Liberdade de escolha*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

ROSENFELD, Denis. *O que é democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SOUZA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. *O direito geral de personalidade*. Lisboa: Coimbra, 2011.

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS - III MÓDULO

Avaliação de Sistemas Educacionais: Princípios gerais e objetivos da Educação Básica e Superior; Legislações norteadoras da educação básica: Lei nº 9.394, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação; O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, Avaliação das Instituições de Educação Superior e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Credenciamento e recredenciamento de IES; Autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos; Competência dos Conselhos Estaduais de Educação – C.E.E e legislações pertinentes.

Bibliografia Básica

AFONSO, A. J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREITAS, L. C. et al. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Bibliografia complementar

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2009.

ZANARDINI, João Batista. *Ontologia e Avaliação da Educação Básica no Brasil (1990- 2007)*. Doutorado em Educação, UFSC, 2008.

BRASIL. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996* – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

BRASIL. *Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004* - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES

BRASIL. *Resolução CONAES Nº 01, de 11 de janeiro de 2005* - Estabelece prazos e calendário para a avaliação das instituições de educação superior.

BRASIL. *Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004* - Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.

BRASIL. *Decreto Federal n.º 5.773, de 9 de maio de 2006* - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

BRASIL. *Portaria Normativa Nº 40, de 12 de Dezembro de 2007* - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Legislação e cotidianos da Educação Básica: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE) e cotidianos da educação básica.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica* / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.* – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

Bibliografia Complementar

GENTILLI, P. A. A.; SILVA, T. T. da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.* 13. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.* 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ABICALIL, Carlos (Org.) *Sistema nacional de educação: legislação educacional brasileira.* Brasília, 2014.

Legislação e cotidianos do Ensino Superior: Cotidianos do ensino superior e legislação no que se refere a: Cursos de graduação – DCNs, sequenciais, extensão, pós-graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado e Cursos de especialização em nível de pós-graduação lato sensu; Educação a distância e tecnológica; Licenciatura, formação de professores e ISEs; Estatutos, regimentos de IES e Plano de Desenvolvimento Institucional; Cadastro das instituições de educação superior; fundação de Apoio; condições de oferta; colégios de aplicação; ensino militar; estágio e internato; frequência e regime especial; período letivo; processo seletivo; Matrícula, transferência e trancamento; cursos livres de teologia; diplomas – registro e revalidação; aproveitamento de estudos e convalidação de estudos; regime acadêmico, mensalidades escolares e prestação de Contas.

Bibliografia Básica

BRASIL. *Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 776/1997, aprovado em 3 de dezembro de 1997.* Orientação para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação.

Bibliografia Complementar

BRASIL. *Decreto 5.622/052.* Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007.* Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 108/2003, aprovado em 7 de maio de 2003.* Duração de cursos presenciais de Bacharelado (Ver Parecer CNE/CES nº 329 de 11 de novembro de 2004).

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 109/2002, aprovado em 13 de março de 2002.* Responde consulta sobre a aplicação da Resolução do CNE que trata da carga horária para os cursos de formação de professores.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 136/2003, aprovado em 4 de junho de 2003.* Esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 184/2006, aprovado em 7 de julho de 2006.* Retificação do Parecer CNE/CES nº 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de

graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 236/2009, aprovado em 7 de agosto de 2009.* Consulta acerca do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 29/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007.* Consulta relativa às Diretrizes Curriculares Nacionais e à duração mínima e máxima dos cursos de graduação.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 329/2004, aprovado em 11 de novembro de 2004.* Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 583/2001, aprovado em 4 de abril de 2001.* Orientação para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 67/2003, aprovado em 11 de março de 2003.* Aprova Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN - dos Cursos de Graduação e propõe a revogação do ato homologatório do Parecer CNE/CES 146/2002.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 8/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007.* Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. *Portaria MEC Nº 4.059/04* - que trata da oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade semipresencial.

BRASIL. *Portaria MEC Nº 873/06* - autoriza em caráter experimental, as Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de cursos superiores a distância.

BRASIL. *Portaria normativa no- 2, de 10 de janeiro de 2007.* Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.

BRASIL. *Portaria Normativa Nº 40, de 12 de Dezembro de 2007* - institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

BRASIL. *Resolução CNE/CES Nº 1, de 3 de Abril de 2001.* Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.* Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 26/2002, aprovado em 03 de julho de 2002.* Responde consulta relativa aos Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 33/2002, aprovado em 05 de agosto de 2002.* Responde consulta sobre o Programa de Integração da criança com necessidades especiais no Sistema de Ensino Regular, desenvolvido no Colégio de Aplicação João XXIII, em Minas Gerais.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 40/2002, aprovado em 06 de novembro de 2002.* Responde consulta sobre transferência ex officio.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 5/2013, aprovado em 13 de março de 2013.* Consulta sobre cobrança de taxa de inscrição nos processos seletivos de provas ou sorteios realizados pelos Colégios de Aplicação vinculados às universidades públicas, para o ingresso de aluno no Ensino Fundamental.

Legislação e cotidianos da Educação Especial: A educação especial na forma da Lei,

oferecida na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Bibliografia Básica

MANZINI, Eduardo José. *Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação*. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise M de. (Org.). *Educação Especial: diálogo e pluralidade*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. p. 281- 289.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Educação especial no Brasil. História e políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

PACHECO, José e outros. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*

BRASIL. *Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*

BRASIL. *Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente*

BRASIL. *Lei nº 10.098/94 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.*

BRASIL. *Lei nº 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.*

BRASIL. *Lei nº 7.853/89 – CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiência*

BRASIL. *Lei Nº 8.859/94 – Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio*

BRASIL. *Decreto Nº 186/08 – Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2008*

BRASIL. *Decreto Nº 6.094/07 – Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*

BRASIL. *Decreto Nº 6.215/07 – institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD*

BRASIL. *Decreto Nº 6.214/07 – Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência*

BRASIL. *Decreto Nº 6.571/08 – Dispõe sobre o atendimento educacional especializado*

BRASIL. *Decreto nº 5.626/05 – Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*

BRASIL. *Decreto nº 2.208/97 – Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*

BRASIL. *Decreto nº 3.298/99 – Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências*

BRASIL. *Decreto nº 914/93 – Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*

BRASIL. *Decreto nº 2.264/97 – Regulamenta a Lei nº 9.424/96*

BRASIL. *Decreto nº 3.076/99 – Cria o CONADE*

BRASIL. *Decreto nº 3.691/00 – Regulamenta a Lei nº 8.899/96*

BRASIL. *Decreto nº 3.952/01 – Conselho Nacional de Combate à Discriminação*

BRASIL. *Decreto nº 5.296/04 – Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade*

BRASIL. *Decreto nº 3.956/01 – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção*

Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
 Portaria nº 976/06 – Critérios de acessibilidade os eventos do MEC
 Portaria nº 1.793/94 – Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências
 Portaria nº 3.284/03 – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições
 Portaria nº 319/99 – Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente
 Portaria nº 554/00 – Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille
 Portaria nº 8/01 – Estágios
 Resolução CNE/CP nº 1/02 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores
 Resolução CNE/CEB nº 2/01 – Normal 0 21 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
 Resolução CNE/CP nº 2/02 – Institui a duração e a carga horária de cursos
 Resolução nº 02/81 – Prazo de conclusão do curso de graduação
 Resolução nº 05/87 – Altera a redação do Art. 1º da Resolução nº 2/81

Legislação e Inspeção Escolar: A evolução do papel do inspetor escolar e a trajetória da inspeção no cenário educacional brasileiro. Legislação e inspeção escolar, especificidades e complexidades do cargo.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Maria Rita L. da Silveira. *Inspeção Escolar: um olhar crítico*. Uberlândia, Gráfica Composer Editora Ltda.,2008.
 MENESES, João Gualberto de Carvalho. *Princípios e métodos da inspeção escolar*. São Paulo, Saraiva: 1977.
 LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola*. 5ª edição. Goiânia, Editora Alternativa, 2004.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, José Márcio (Org.). *Coletânea MAI de Legislação Federal do Ensino (1931-1983)*. Belo Horizonte: Lancer – Comércio e Representações Ltda, 1984.
 AGUIAR, José Márcio. *Manual do Diretor Escolar – Legislações de 1952 a 2009 no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Lâncer, 2010.
 AGUIAR, José Márcio. *Resoluções do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Ensino Fundamental, Médio e Superior*. Belo Horizonte: LâncerLtda, 1991.
 BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. *Resolução Nº 1, DE 27 DE MARÇO DE 2008*. Define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
 LACERDA, Beatriz Pires de. *Administração escolar*. 2ª edição. São Paulo, Editora Pioneira, 1977.
 MINAS GERAIS. LEI Nº 15.293, de 5 de Agosto de 2004.
 RESOLUÇÃO Nº 457, de 30 de Setembro de 2009.

EMENTA: Estudo das fontes, recursos públicos, políticas de financiamento e gestão de recursos para a educação básica e ensino superior à luz da legislação vigente.

Bibliografia Básica

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). O público e o privado na educação: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

DAVIES, Nicholas. Tribunais de Contas e educação: quem controla o fiscalizador de recursos. São Paulo: Plano, 2001.

EDNIR, Madza; BASSI, Marcos. Bicho de sete cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, 2009.

Bibliografia Complementar

DAVIES, Nicholas.. Fundeb: a redenção da educação básica. Niterói-RJ: Edição do Autor, 2007.

FRANCO, Sílvia Cintra. Para que tantos impostos?: Dinheiro público e cidadania. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

DAVIES, Nicholas. Financiamento de Educação: novos ou velhos desafios. São Paulo: Xamã, 2004.

Metodologia da Pesquisa Científica: Ciência, método, metodologia e epistemologia. Metodologia de pesquisa: métodos e técnicas de investigação social. Natureza e tipos de trabalhos acadêmicos. A pesquisa em legislação educacional. O projeto de pesquisa. Normas técnicas para elaboração de projetos e redação do TCC.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas* 3ª Ed São Paulo: Atlas, 2008. SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

KÖCHE, José Carlos. *Pesquisa científica: critérios epistemológicos*. Petrópolis: Vozes, 2005. MARCINI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. Paulo: Atlas, 2010.

Trabalho de Conclusão de Curso: Orientação para elaboração de monografia de conclusão de curso: métodos, normas técnicas para redação da monografia.

Bibliografia Básica

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Editorial Presença.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas* 3ª Ed São Paulo: Atlas, 2008. SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

KÖCHE, José Carlos. *Pesquisa científica: critérios epistemológicos*. Petrópolis: Vozes, 2005. MARCINI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. Paulo: Atlas, 2010.

Quadro 9: Ementas e Bibliografias. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

4.3.3 Planos de Ensino

PLANO DE ENSINO
CURSO
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar
DISCIPLINA

Ética		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
15 horas	Modulo I/2019	1
PROFESSOR Prof. Dr. LauriciVagner Gomes		
EMENTA: Estudo do ética enquanto ciência do ethos ao longo da história do pensamento filosófico ocidental, buscando compreender caminhos possíveis diante da diversidade e identidades culturais que constroem opiniões diversas no mundo contemporâneo marcado pela pluralidade.		
OBJETIVOS: <ul style="list-style-type: none"> • Discutir o ethos ao longo da história do pensamento filosófico ocidental, • Compreender caminhos possíveis diante da diversidade e identidades culturais do mundo contemporâneo. 		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
UNIDADE 1 Ethos ao longo da história do pensamento filosófico ocidental <ul style="list-style-type: none"> • Ethos e Antiguidade • Ethos e Idade Média • Ethos e Modernidade • Ethos e Contemporaneidade 		
UNIDADE 2 Ethos no discurso pós-moderno		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
Estrutura de apoio: <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes Recursos Didáticos: <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AVALIAÇÃO		
Aspectos a serem avaliados <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado Instrumentos de avaliação <ul style="list-style-type: none"> • Provas • Seminário • Produção de artigo científico 		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
Bibliografia Básica ARISTÓTELES. <i>Ética a Nicômaco</i> . seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. KANT, Immanuel. <i>Fundamentação da Metafísica dos Costumes</i> . Trad. Guido Antônio de		

Almeida. Discurso Editorial. 2009.

VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de filosofia II: ética e cultura. São Paulo: Loyola, 1988. 295 p. (Filosofia, 8).

Bibliografia Complementar

TUGENDHAT, Ernest. Lições sobre ética. RJ, Vozes, 1993.

VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de filosofia I: problemas de fronteira. São Paulo: Loyola, 1986. 310 p. (Filosofia, 3).

VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de filosofia IV: introdução a ética filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999. 483 p. (Filosofia, 47).

VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de filosofia V: introdução a Ética filosófica 2. São Paulo: Loyola, 2000. 246 p. (Filosofia, 50).

VAZ, Henrique C. de Lima. Ética e direito. Organização e introdução de Cláudia Toledo e Luiz Moreira. São Paulo: Loyola, 2002. 366 p.

Quadro 10: *Plano de ensino: Ética*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO		
CURSO		
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA		
Estudos Culturais e Antropologia		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
15 horas	Modulo I/2019	1 crédito

<p>PROFESSOR Prof. Dr. Francisco André Silva Martins</p>
<p>EMENTA: Análise das diversas fontes e métodos da antropologia, conceito de cultura: natureza, estrutura, nível de participação, qualidades e processos culturais; O problema da natureza na antropologia e origens da humanidade; Diretrizes para os direitos culturais: relativismo e etnocentrismo, valores culturais, direito à autonomia tribal; direito à preservação do patrimônio histórico-artístico e da memória cultural, fontes de cultura, meio ambiente cultural e direitos culturais, patrimônio cultural e cidadania.</p>
<p>OBJETIVOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender as diversas fontes e métodos da antropologia; • Compreender o problema da natureza na antropologia e origens da humanidade; • Analisar as Diretrizes para os direitos culturais; • Discutir o direito à preservação do patrimônio histórico-artístico e da memória cultural, fontes de cultura, meio ambiente cultural e direitos culturais, patrimônio cultural e cidadania.
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p>
<p>UNIDADE 01</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise das diversas fontes e métodos da antropologia, conceito de cultura; <p>UNIDADE 02</p> <ul style="list-style-type: none"> • O problema da natureza na antropologia e origens da humanidade; <p>UNIDADE 03</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes para os direitos culturais: • <i>Relativismo e etnocentrismo,</i> • <i>Valores culturais,</i> • <i>Direito à autonomia tribal;</i> <p>UNIDADE 04</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direito à preservação do patrimônio histórico-artístico e da memória cultural, • <i>Fontes de cultura,</i> • <i>Meio ambiente cultural</i> • <i>Direitos culturais,</i> • <i>Patrimônio cultural</i> • <i>Cidadania.</i>
<p>ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS</p>
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas
<p>AVALIAÇÃO</p>
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade

- Criticidade/criatividade
- Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado

Instrumentos de avaliação

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica:

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do Patrimônio Cultural. Doutrina, Jurisprudência e Legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995

BAHBHA, Komi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

Bibliografia Básica

CEVASCO, Maria E. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

LÉVI, Giovanni. A Herança Imaterial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

MAFFESOLI, Michel. A transfiguração do político: a tribalização do mundo pós-moderno. 3ª ed., Porto Alegre: Sulina, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

TAYLOR, Charles. El multiculturalismo y La política Del reconocimiento. Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

Quadro 11: Plano de ensino: Estudos Culturais e Antropologia. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO		
CURSO		
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA		
Constituição e atuação docente		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
15 horas	Modulo I/2019	1

PROFESSOR
Prof. Ms. André Luis Eloi
EMENTA: Constituição, conceito e espécies; poder constituinte e reforma constitucional. Constituição da República Federativa do Brasil: Princípios Fundamentais, supremacia, e controle de constitucionalidade das normas; organização do Estado Brasileiro e os poderes do Estado: legislativo, executivo, judiciário e suas relações com a educação; funções essenciais à justiça, a defesa do Estado e das Instituições; ordem econômica, financeira e social.
OBJETIVOS: Estudo do Direito Constitucional e sua aplicação na atuação docente
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>UNIDADE 01: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Teoria da Constituição e as Ciências Constitucionais. • Matéria constitucional e direitos humanos. • Paradigmas dos Estados Constitucionais Modernos • A Constituição e o Tempo: Recepção, Desconstitucionalização, Mutação; • Teoria do Poder Constituinte. <p>UNIDADE 02: DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Direito Constitucional Positivo Brasileiro • Antecedentes da Constituição de 1988 • Elementos essenciais da ordem político-jurídica e do Estado • Dos direitos e garantias fundamentais • Os direitos políticos na Constituição de 1988 • Direitos individuais, sociais, coletivos e difusos <p>UNIDADE 03: DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • As formas de Estado: • A Federação Brasileira instituída pela Constituição de 1988; • A repartição de competências na Constituição de 1988 • Dos poderes da República Federativa do Brasil • O controle de constitucionalidade das leis no Brasil; • Do Tribunal de Contas • Do Ministério Público: • As situações excepcionais de quebra da regularidade constitucional
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas
AValiação

Aspectos a serem avaliados

- Assiduidade
- Participação/interesse
- Pontualidade
- Criticidade/criatividade
- Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado

Instrumentos de avaliação

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

MENDES, Gilmar, COELHO, Inocêncio e BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2002.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. *Competências na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 2005.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 1997.

CATTONI, Marcelo. *Devido Processo Legislativo*. Belo Horizonte, Mandamentos, 2000.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. *Jurisdição Constitucional Democrática*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Processo Constitucional de Formação das Leis*. São Paulo: Malheiros, 2006.

STRECK, Lênio Luiz. *Jurisdição Constitucional e Hermenêutica*. São Paulo: Forense, 2004.

Quadro 12: Plano de ensino: Constituição e atuação docente. Projeto de Pós-graduação lato sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO		
CURSO		
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA		
Atuação docente e Direito Administrativo		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS

15 horas	Modulo I/2019	1
PROFESSOR Prof. Ms. Leniederson Rosa Pinto		
EMENTA: Administração Pública: princípios e organização, administração direta e indireta; agentes públicos e espaço escolar; poderes e deveres da administração; atos administrativos e atuação docente; licitação e contratos administrativos na gestão educacional; domínio público e responsabilidade civil do Estado.		
OBJETIVOS: Formar profissionais aptos ao ambiente escolar e as rotinas administrativas, a fim de atuar com ética e equidade; capaz de assumir cargos técnicos que lidam com questões administrativas dinâmicas em conformidade com o Direito Administrativo e sua dinâmica; rotinas administrativas discricionárias e vinculadas, poder regulamentar, hierárquico e de polícia administrativa; contribuir de forma criativa na solução de conflitos escolares e as responsabilidades do servidor público na sua atuação, bem como, nas contratações públicas e licitações.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
UNIDADE I		
<ul style="list-style-type: none"> • Do Direito Administrativo: • <i>Conceito, Objeto, Normas Administrativas.</i> • <i>Fontes do Direito Administrativo.</i> • <i>Relação do Direito Administrativo com o ambiente educacional;</i> 		
UNIDADE II		
<ul style="list-style-type: none"> • Noções de Administração Pública: • <i>Estrutura Legal Dos Órgãos Públicos.</i> • <i>Poderes e deveres do Administrador Público.</i> • <i>Poder Vinculado, Discricionário, Hierárquico, Regulamentar, Disciplinar.</i> • <i>Poder de polícia</i> 		
UNIDADE III		
<ul style="list-style-type: none"> • Organização Administrativa: • <i>Administração Centralizada ou Direta:</i> • <i>Administração Descentralizada ou Indireta.</i> • <i>Atividade administrativa, desconcentração, descentralização e centralização administrativa. Administração indireta, normas aplicáveis.</i> 		
UNIDADE IV		
<ul style="list-style-type: none"> • Ato e fato administrativo: • <i>Conceito, Requisitos do Ato Administrativo.</i> • <i>Atributos do Ato Administrativo.</i> • <i>Classificação dos Atos Administrativos.</i> • <i>Mérito do Ato Administrativo</i> • <i>Validade e Eficácia do Ato.</i> • <i>Espécies dos Atos administrativos.</i> • <i>Invalidação dos Atos Administrativos.</i> • <i>Convalidação dos Atos Administrativos.</i> 		
UNIDADE V		
<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade Extracontratual do Estado no Ambiente Escolar; • responsabilidade do servidor público. 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
Estrutura de apoio:		

- Textos
- Projetor multimídia
- Filmes

Recursos Didáticos:

- Leitura de textos
- Filme
- Seminário
- Debates
- Aulas Expositivas

AVALIAÇÃO

Aspectos a serem avaliados

- Assiduidade
- Participação/interesse
- Pontualidade
- Criticidade/criatividade
- Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado

Instrumentos de avaliação

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica:

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2006.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*, São Paulo: Malheiros, 2006.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia complementar:

- ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Motivação e controle do ato administrativo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2006.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, São Paulo: Atlas, 2006.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2004.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2006.
- ZANCANER, Weida. *Da Convalidação e da Invalidação dos Atos Administrativos*. São Paulo: Malheiros, 1993.

Quadro 13: Plano de ensino: Atuação docente e Direito Administrativo. Projeto de Pós-graduação lato sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO

Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar

DISCIPLINA

Relações de trabalho nos diferentes sistemas educacionais		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
15 horas	Modulo I/2019	1
PROFESSOR Profa. Dra. Vitoria Regia Izau		
<p>EMENTA: Formação histórica do direito do trabalho e evolução do trabalho docente no Brasil. Fontes normativas e princípios jurídicos; Relação de trabalho e relação de emprego. Terceirização trabalhista. Remuneração e salário: conceituação e composição; Caracterização, classificação e tipos de salários, modalidades de salário: salário básico, abono, adicionais, comissões, gratificações, 13º salário, prêmios, parcelas atípicas; duração do trabalho docente: jornada, intervalos trabalhistas, dias de descanso; interrupção e suspensão contratuais; o instituto das férias.</p>		
<p>OBJETIVOS: Compreender a formação histórica do direito do trabalho e evolução do trabalho docente no Brasil.</p>		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>UNIDADE I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação histórica do direito do trabalho e evolução do trabalho docente no Brasil. • Fontes normativas e princípios jurídicos; • Relação de trabalho e relação de emprego. <p>UNIDADE II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Terceirização trabalhista. • Remuneração e salário: conceituação e composição; • Caracterização, classificação e tipos de salários, • Modalidades de salário: salário básico, abono, adicionais, comissões, gratificações, 13º salário, prêmios, parcelas atípicas; <p>UNIDADE III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Duração do trabalho docente: • Jornada, intervalos trabalhistas, dias de descanso; • Interrupção e suspensão contratuais; • O instituto das férias. 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AValiação		
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado 		

Instrumentos de avaliação

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica:

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 3 ed. São Paulo, LTr, 2007.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 6 ed. São Paulo: LTr, 2007.

SÜSSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA, Lima, et al. *Instituições de direito do trabalho*. 22.ed. vols. I e II. São Paulo: LTr, 2005.

Bibliografia Complementar:

CARRION, Valentin. *Comentários à consolidação das leis do trabalho*. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DELGADO, Gabriela Neves. *Terceirização: paradoxo do direito do trabalho contemporâneo*. São Paulo: LTr, 2003.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Curso de direito do trabalho*. 18.ed. São Paulo: Forense, 2007.

GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos. *Flexibilização trabalhista*. 2 ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. *Direito do trabalho como instrumento de justiça social*. São Paulo: LTr, 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho*. 31. ed. São Paulo: LTr, 2006.

PIMENTA, José Roberto et. al. *Direito do Trabalho: evolução, crise e perspectivas*. São Paulo: LTr, 2004.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. *Princípios de direito do trabalho*. 3.ed. São Paulo: LTr, 2004.

Quadro 14: Plano de ensino: Relações de trabalho nos diferentes sistemas educacionais. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO

Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar

DISCIPLINA		
Direito de Família e sua relação com a escola		
CARGA HORARIA 15 horas	MÓDULO /ANO Modulo II/2020	CRÉDITOS 1
PROFESSOR Profa. Ms. Michelle Batista		
EMENTA: Direitos de família e suas implicações no ambiente escolar: Família, casamento, modelos de família, direito convivencial, parentesco, filiação, adoção, poder familiar, alimentos, guarda, tutela, curatela, ausência e vida escolar.		
OBJETIVOS: Estudar o Direito de Família, tendo em vista sua estreita relação com o ambiente escolar. Apresentar ao estudante a estruturação da família e sua diversidade atual, oferecendo ao aluno o conhecimento necessário para lidar com as questões relativas ao tema no seu dia-a-dia profissional.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>UNIDADE I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução histórica e legislativa da família. <p>UNIDADE II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Outras formas de família: união estável e concubinato. • Uniões de pessoas do mesmo sexo. • Famílias monoparentais. <p>UNIDADE III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parentesco: espécies e graus de parentesco. • Bioética, Biotecnologia e Biodireito. <p>UNIDADE IV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Filiação: aspectos naturais e sócio afetivos. • Presunção de paternidade. • Ações de Estado. • Adoção. <p>UNIDADE V</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poder familiar: definição, consequências, cessação, suspensão e perda. <p>UNIDADE VI</p> <ul style="list-style-type: none"> • A trilogia da proteção: tutela, curatela e guarda. Ausência. <p>UNIDADE VII</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos relevantes da prestação de alimentos <p>UNIDADE VIII</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direito de Família e Direitos Humanos: interfaces conectadas. • A família como “locus” propício para o desenvolvimento da pessoa humana em sua dignidade integral 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates 		

- Aulas Expositivas

AVALIAÇÃO

Aspectos a serem avaliados

- Assiduidade
- Participação/interesse
- Pontualidade
- Criticidade/criatividade
- Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado

Instrumentos de avaliação

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *O Direito de família e o novo Código Civil*. Belo Horizonte, Del Rey, 2006.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. 5. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia Complementar

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. *Novo Curso de Direito Civil*. Direito de Família. Vol. 6. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. Vol. 6. Direito de Família. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MADALENO, Rolf (Coord.) *Ações de Direito de Família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil- Direito de Família*. Vol. 6. São Paulo: Saraiva, 2006.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil*. Família. Vol. 5. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Quadro 15: Plano de ensino: *Direito de Família e sua relação com a escola*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO

Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar

DISCIPLINA		
Direitos Humanos, teoria do reconhecimento e enfrentamento a violência		
CARGA HORARIA 15 horas	MÓDULO /ANO Modulo II/2020	CRÉDITOS 1
PROFESSOR Prof. Ms. Catarina Dallapicula		
<p>EMENTA: Análise do sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos e enfrentamento a violência no ambiente escolar. Conceitos, identidade, movimentos sociais e lutas políticas; dimensões da auto realização e a concepção crítica de justiça; reconhecimento, redistribuição e representação; o primado da ação na configuração das identidades políticas; reconhecimento dialógico; não-reconhecimento, opressão e falso reconhecimento, críticas à abordagem do reconhecimento; lutas por reconhecimento no Brasil.</p>		
<p>OBJETIVOS: dar suporte teórico ao estudante em matéria de Direitos Humanos, teoria do reconhecimento e enfrentamento a violência no contexto escolar.</p>		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>UNIDADE 01</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise do sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos e enfrentamento a violência no ambiente escolar. 		
<p>UNIDADE 02</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos, identidade, movimentos sociais e lutas políticas; • Dimensões da auto realização e a concepção crítica de justiça; 		
<p>UNIDADE 03</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento, redistribuição e representação; • O primado da ação na configuração das identidades políticas; • Reconhecimento dialógico; • Não-reconhecimento, opressão e falso reconhecimento, críticas à abordagem do reconhecimento; • Lutas por reconhecimento no Brasil. 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AVALIAÇÃO		
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado <p>Instrumentos de avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provas 		

- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. *Os Direitos Humanos na Sala de Aula: A Ética Como Tema Transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações sociais*. São Paulo: Ática, 2002.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça internacional*. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. São Paulo: Saraiva.

ABRAMOVAY, M (Coord.). *Cotidiano das escolas: entre Violências*. Brasília: UNESCO; Observatório de Violências nas escolas; MEC, 2005.

Quadro 16: *Plano de ensino: Direitos Humanos, teoria do reconhecimento e enfrentamento a violência*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO

Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar

DISCIPLINA		
Estatuto da Criança e do Adolescente: O papel da escola, do Conselho Tutelar e do Ministério Público		
CARGA HORARIA 15 horas	MÓDULO /ANO Modulo II/2020	CRÉDITOS 1
PROFESSOR Prof. Ms. Paulo Marcio da Silva		
EMENTA: A evolução histórico-social da infância e adolescência e sua conceptualização jurídica; Os direitos fundamentais da criança e do adolescente: prevenção, política de atendimento, medidas de proteção, a prática do ato infracional, as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; Os Crimes e Infrações administrativas; A Convenção Internacional dos Direitos da Criança; O papel do Conselho Tutelar, Escola e Ministério Público.		
OBJETIVOS: Compreender o Estatuto da Criança e do Adolescente, frente o papel da escola, do Conselho Tutelar e do Ministério Público.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>UNIDADE 01</p> <ul style="list-style-type: none"> • A evolução histórico-social da infância e adolescência e sua conceptualização jurídica; <p>UNIDADE 02</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os direitos fundamentais da criança e do adolescente: prevenção, política de atendimento, medidas de proteção, a prática do ato infracional, as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; <p>UNIDADE 03</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os Crimes e Infrações administrativas; <p>UNIDADE 04</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Convenção Internacional dos Direitos da Criança; <p>UNIDADE 05</p> <ul style="list-style-type: none"> • O papel do Conselho Tutelar, Escola e Ministério Público. 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AVALIAÇÃO		
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado <p>Instrumentos de avaliação</p>		

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica:

ANDRADE MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo (Coord). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente*. 3.ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Editora LTr, 1999.

SALIBA, Maurício Gonçalves. *O Olho do Poder: Análise Crítica da Proposta Educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: UNESP, 2006.

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. De Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

CURY, Munir; MARÇURA, Jurandir e; PAULA, Paulo Afonso Garrido de. *Estatuto da Criança e do Adolescente anotado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PEREIRA, Tânia da Silva. *O melhor interesse da criança: um debate interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PRIORI, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

TAVARES, José de Farias. *Direito da infância e da juventude*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

TRINDADE, Jorge. *Direito da criança e do adolescente: uma abordagem multidisciplinar*. São Paulo: Livraria do Advogado, 2005.

VALENTE, José Jacob. *Estatuto da Criança e do Adolescente: apuração do ato infracional à luz da jurisprudência*. São Paulo: Atlas, 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry (org.) *Violência e exploração sexual infanto-juvenil: crimes contra a humanidade*. Florianópolis. OAB editora, 2005.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito da criança e do adolescente*. Florianópolis: OAB, 2006.

Quadro 17: Plano de ensino: *Estatuto da Criança e do Adolescente: O papel da escola, do Conselho Tutelar e do Ministério Público*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO
CURSO
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar
DISCIPLINA

Docência e didática do Ensino Superior		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
30 horas	Modulo II/2020	2
PROFESSOR		
Profª. Dra. Juliana Cordeiro Soares Branco		
<p>EMENTA: Histórico do campo da Educação Superior no Brasil e o trabalho docente no contexto universitário; As perspectivas e desafios do contexto social, político e econômico e suas implicações no ensino superior; A ação docente na Universidade e sua relação com o estudante universitário, seu papel e representação no espaço acadêmico; Aprendizagem do estudante no ensino superior e de avaliação da aprendizagem; As tecnologias no ensino superior.</p>		
<p>OBJETIVOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a trajetória histórica da Educação Superior no Brasil; • Refletir sobre a identidade do professor do ensino superior, a profissão docente diante dos desafios do contexto social, político e econômico e suas implicações no ensino superior; • Refletir sobre os saberes necessários à docência no ensino superior; • Aplicar conhecimentos da Didática para resolver questões que surgem no cotidiano do ensino superior; • Discutir sobre os objetivos da educação e sua relação com os conteúdos, estratégias de ensino e sistemática de avaliação; • Refletir sobre o ensino na educação superior, sua base epistemológica, os modelos de prática de ensino e o processo de aprendizagem do adulto; • Analisar e aplicar estratégias de ensinagem e as tecnologias no ensino superior; • Refletir sobre o ato de avaliar no cotidiano da sala de aula, enfatizando a aprendizagem dos estudantes; • Refletir sobre a importância da relação professor/estudante para a aprendizagem. 		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<ul style="list-style-type: none"> • Ensino Superior no Brasil: trajetória histórica; • Trajetórias de formação dos docentes do ensino superior; • Profissionalização docente; concepções de universidade; • A cultura dos estudantes; • Saberes do docente do ensino superior; • Papéis do docente no ensino superior; • A complexidade da ação docente; • A formação do professor do ensino superior; • O ensino na educação superior e sua base epistemológica; • Modelos de prática de ensino; • A formação de competências cognitivas e o ensino com pesquisa; • A avaliação da aprendizagem; • A relação entre o docente e os estudantes; o manejo de classe. 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes 		

Recursos Didáticos:

- Leitura de textos
- Filme
- Seminário
- Debates
- Aulas Expositivas

AVALIAÇÃO

Aspectos a serem avaliados

- Assiduidade
- Participação/interesse
- Pontualidade
- Criticidade/criatividade
- Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado

Instrumentos de avaliação

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O Professor universitário em sala de aula**. São Paulo: Autores Associados, 1978.

ALARCÃO, I. (org.) **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto, Portugal: Editora Porto, 1996.

ALMEIDA, Lucile Ruth. Avaliação da aprendizagem: reflexões sobre os desafios atuais. In: **Docência no ensino superior: desafios da prática educativa**. In: RIBEIRO, Marinalva; MARTINS, Édiva; CRUZ, Antonio Roberto. **Docência no ensino superior: desafios da prática docente**. Salvador: EDUFBA, 2011.

Bibliografia Complementar

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville,SC:UNIVALLE, 2007.

CUNHA, Isabel da Cunha; SOARES, Sandra. RIBEIRO, Marinalva Lopes. **Docência universitária: profissionalização e práticas educativas**. Feira de Santana, Ba. EDUFBA, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa. Unindo ensino e modos de investigação. In: Pimenta e Almeida. **Pedagogia Universitária**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática.**

PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs.). **Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores.** São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, Marinalva e CRUZ, Antonio Roberto. O papel do professor no ensino superior: representações sociais de estudantes de cursos de licenciatura. In: RIBEIRO, Marinalva; MARTINS, Édiva; CRUZ, Antonio Roberto. **Docência no ensino superior: desafios da prática docente.** Salvador: EDUFBA, 2011.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais.** Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2008.

VASCONCELLOS, C. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertad, 1994.

ZABALZA, Miguel; CERDEIRIÑA, Maria. **Profesoras y profesión docente: entre el “ser” y el “estar”.** Madrid: Narcea, 2012.

BERBEL, Neusi Aparecida N. (org.). *Questões de ensino na Universidade: conversas com quem gosta de aprender para ensinar.* Londrina: Ed. UEL, 1998.

FERREIRA, Rodolfo. *Entre o Sagrado e o profano: o lugar social do professor.* Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

GASPARINI. *Por uma didática da pedagogia histórico-crítica.* Cortez, 2002.

MOREIRA, Daniel A. (org.). *Didática do Ensino Superior: técnicas e tendências.* São Paulo: Pioneira, 1997.

MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo: Universidade em questão.* Brasília: Editora UnB, 2004.

Quadro 18: Plano de ensino: Docência e didática do Ensino Superior. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO

Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar

DISCIPLINA		
Liberdade de Cátedra e Estado Laico		
CARGA HORARIA 30 horas	MÓDULO /ANO Modulo II/2020	CRÉDITOS 2
PROFESSOR Prof. Ms. Mário Gomes Ferreira		
EMENTA: A educação como direito fundamental e a liberdade de ensinar na Constituição Federal de 1988; A liberdade de cátedra e o planejamento educacional; A liberdade acadêmica, tolerância e debate crítico. O debate acerca da tolerância no século XXI, o confronto entre religiões hegemônicas, e as culturas que formam as sociedades democráticas; A laicidade do estado.		
OBJETIVOS: Compreender a questão da liberdade de cátedra e sua relação com o Estado Laico.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>UNIDADE 01</p> <ul style="list-style-type: none"> • A atualidade da tolerância • A neutralidade do Estado • A neutralidade do Estado e laicidade • A neutralidade do Estado e os limites de sua ação • Da tolerância de religiões à tolerância das culturas. • Minorias e direitos culturais <p>UNIDADE 02</p> <ul style="list-style-type: none"> • A educação como direito fundamental e a liberdade de ensinar na Constituição Federal de 1988; • A liberdade de cátedra e o planejamento educacional; • A liberdade acadêmica, tolerância e debate crítico. • O debate acerca da tolerância no século XXI, o confronto entre religiões hegemônicas, 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AVALIAÇÃO		
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado 		

Instrumentos de avaliação

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

- ZARKA, Y.C. 2013. *Difícil tolerância: a coexistência de culturas em regimes democráticos*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 192 p.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 197-a.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes Necessários à Prática Educativa. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Bibliografia Complementar

- ADRAGÃO, Paulo Pulido. *A liberdade religiosa e o Estado*. Coimbra: Almedina, 2002.
- CAMPOS, Diogo Leite de. *Nós. Estudos sobre os direitos da pessoa*. Coimbra: Almedina, 2004.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A liberdade como autonomia recíproca de acesso à informação*, p. 242. In GRECO, Marco Aurélio; SILVA MARTINS, Ives Gandra. *Direito e Internet. Relações jurídicas na sociedade informatizada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- MARTINS-COSTA, Judith. *Pessoa, Personalidade, Dignidade*. (ensaio de uma qualificação). Tese de Livre-Docência. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2003.
- REALE, Miguel. *Pluralismo e Liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.
- ROSENFELD, Denis. *Liberdade de escolha*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- ROSENFELD, Denis. *O que é democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SOUZA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. *O direito geral de personalidade*. Lisboa: Coimbra, 2011.

Quadro 19: *Plano de ensino: Liberdade de Cátedra e Estado Laico*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA Avaliação de Sistemas Educacionais		
CARGA HORARIA 30 horas	MÓDULO /ANO Modulo III/2020	CRÉDITOS 2 Crédito
PROFESSOR Profa. Ms. Jacqueline da Silva Gonçalves		
<p>EMENTA: Princípios gerais e objetivos da Educação Básica e Superior; Legislações norteadoras da educação básica: Lei nº 9.394, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação; O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, Avaliação das Instituições de Educação Superior e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Credenciamento e credenciamento de IES; Autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos; Competência dos Conselhos Estaduais de Educação – C.E.E e legislações pertinentes.</p>		
<p>OBJETIVOS: Compreender os processos de avaliação dos Sistemas Educacionais: Educação Básica e Ensino Superior.</p>		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>UNIDADE I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios gerais e objetivos da Educação Básica e Superior; 		
<p>UNIDADE II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislações norteadoras da educação básica: • <i>Lei nº 9.394, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica</i> • <i>Plano Nacional de Educação</i> 		
<p>UNIDADE III</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, • Avaliação das Instituições de Educação Superior • Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. 		
<p>UNIDADE IV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Credenciamento e credenciamento de IES; • Autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos; • Competência dos Conselhos Estaduais de Educação – C.E.E e legislações pertinentes. 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes 		
<p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AValiação		
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade 		

- Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado

Instrumentos de avaliação

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AFONSO, A. J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREITAS, L. C. et al. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Bibliografia complementar

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2009.

ZANARDINI, João Batista. *Ontologia e Avaliação da Educação Básica no Brasil (1990-2007)*. Doutorado em Educação, UFSC, 2008.

BRASIL. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*

BRASIL. *Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES*

BRASIL. *Resolução CONAES Nº 01, de 11 de janeiro de 2005 - Estabelece prazos e calendário para a avaliação das instituições de educação superior.*

BRASIL. *Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004 - Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.*

BRASIL. *Decreto Federal n.º 5.773, de 9 de maio de 2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.*

BRASIL. *Portaria Normativa Nº 40, de 12 de Dezembro de 2007 - nstitui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.*

Quadro 20: *Plano de ensino: Avaliação de Sistemas Educacionais*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO

Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA Legislação e cotidianos da Educação Básica		
CARGA HORARIA 30 horas	MÓDULO /ANO Modulo III/2020	CRÉDITOS 2
PROFESSOR Profª. Ms. Cristiane Silva Franca		
EMENTA: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE) e cotidianos da educação básica.		
OBJETIVOS: Compreender as principais legislações da educação básica, as diretrizes e bases da Educação Nacional para educação básica, e como estas influenciam no cotidiano escolar e docente.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>UNIDADE 01</p> <ul style="list-style-type: none"> • Histórico das diretrizes da educação básica no Brasil <p>UNIDADE 02</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) <p>UNIDADE 03</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Educação (PNE) e cotidianos da educação básica. 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AVALIAÇÃO		
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado <p>Instrumentos de avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provas • Seminário • Produção de artigo científico 		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. <i>Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica</i> / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.</p>		

BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

Bibliografia Complementar

GENTILLI, P. A. A.; SILVA, T. T. da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 13. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ABICALIL, Carlos (Org.) *Sistema nacional de educação: legislação educacional brasileira*. Brasília, 2014.

Quadro 21: *Plano de ensino: Legislação e cotidianos da Educação Básica*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO

Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA Legislação e cotidianos do Ensino Superior		
CARGA HORARIA 30 horas	MÓDULO /ANO Modulo III/2020	CRÉDITOS 2
PROFESSOR Prof. Ms. Daniel Cardoso Alves		
<p>EMENTA: Cotidianos do ensino superior e legislação no que se refere a: Cursos de graduação – DCNs, sequenciais, extensão, pós-graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado e Cursos de especialização em nível de pós-graduação lato sensu; Educação a distância e tecnológica; Licenciatura, formação de professores e ISEs; Estatutos, regimentos de IES e Plano de Desenvolvimento Institucional; Cadastro das instituições de educação superior; fundação de Apoio; condições de oferta; colégios de aplicação; ensino militar; estágio e internato; frequência e regime especial; período letivo; processo seletivo; Matrícula, transferência e trancamento; cursos livres de teologia; diplomas – registro e revalidação; aproveitamento de estudos e convalidação de estudos; regime acadêmico, mensalidades escolares e prestação de Contas.</p>		
<p>OBJETIVOS: Compreender as legislações que regulam o ensino superior e suas influencias nos cotidianos docente e acadêmico.</p>		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>UNIDADE 01</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cotidianos do ensino superior e legislação 		
<p>UNIDADE 02</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos de graduação • Cursos sequenciais • Cursos de extensão • Cursos de pós-graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado • Cursos de especialização em nível de pós-graduação lato sensu 		
<p>UNIDADE 03</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação à distância e tecnológica • Licenciatura, formação de professores e ISEs 		
<p>UNIDADE 04</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estatutos, regimentos de IES e Plano de Desenvolvimento Institucional • Cadastro das instituições de educação superior • Fundação de Apoio • Condições de oferta • Colégios de aplicação • Ensino militar • Estágio e internato 		
<p>UNIDADE 05</p> <ul style="list-style-type: none"> • Frequência e regime especial • Período letivo • Processo seletivo • Matrícula, transferência e trancamento 		
<p>UNIDADE 06</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos livres • Diplomas – registro e revalidação • Aproveitamento de estudos e convalidação de estudos 		

- Regime acadêmico

ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS

Estrutura de apoio:

- Textos
- Projetor multimídia
- Filmes

Recursos Didáticos:

- Leitura de textos
- Filme
- Seminário
- Debates
- Aulas Expositivas

AVALIAÇÃO

Aspectos a serem avaliados

- Assiduidade
- Participação/interesse
- Pontualidade
- Criticidade/criatividade
- Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado

Instrumentos de avaliação

- Provas
- Seminário
- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

BRASIL. *Lei nº 9394/96* – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 776/1997, aprovado em 3 de dezembro de 1997*. Orientação para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação.

Bibliografia Complementar

BRASIL. *Decreto 5.622/052*. Regulamenta o art. 80 da Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007*. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 108/2003, aprovado em 7 de maio de 2003*. Duração de cursos presenciais de Bacharelado (Ver Parecer CNE/CES nº 329 de 11 de novembro de 2004).

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 109/2002, aprovado em 13 de março de 2002*. Responde consulta sobre a aplicação da Resolução do CNE que trata da carga horária para os cursos de formação de professores.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 136/2003, aprovado em 4 de junho de 2003*. Esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 184/2006, aprovado em 7 de julho de 2006*. Retificação do Parecer CNE/CES nº 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 236/2009, aprovado em 7 de agosto de 2009*. Consulta acerca do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a

- metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos.
- BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 29/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007.* Consulta relativa às Diretrizes Curriculares Nacionais e à duração mínima e máxima dos cursos de graduação.
- BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 329/2004, aprovado em 11 de novembro de 2004.* Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 583/2001, aprovado em 4 de abril de 2001.* Orientação para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação.
- BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 67/2003, aprovado em 11 de março de 2003.* Aprova Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN - dos Cursos de Graduação e propõe a revogação do ato homologatório do Parecer CNE/CES 146/2002.
- BRASIL. *Parecer CNE/CES nº 8/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007.* Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- BRASIL. *Portaria MEC Nº 4.059/04 - que trata da oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade semipresencial.*
- BRASIL. *Portaria MEC Nº 873/06 - autoriza em caráter experimental, as Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de cursos superiores a distância.*
- BRASIL. *Portaria normativa no- 2, de 10 de janeiro de 2007.* Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.
- BRASIL. *Portaria Normativa Nº 40, de 12 de Dezembro de 2007 - institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.*
- BRASIL. *Resolução CNE/CES Nº 1, de 3 de Abril de 2001.* Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.
- BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.* Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 26/2002, aprovado em 03 de julho de 2002.* Responde consulta relativa aos Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais.
- BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 33/2002, aprovado em 05 de agosto de 2002.* Responde consulta sobre o Programa de Integração da criança com necessidades especiais no Sistema de Ensino Regular, desenvolvido no Colégio de Aplicação João XXIII, em Minas Gerais.
- BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 40/2002, aprovado em 06 de novembro de 2002.* Responde consulta sobre transferência exofficio.
- BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 5/2013, aprovado em 13 de março de 2013.* Consulta sobre cobrança de taxa de inscrição nos processos seletivos de provas ou sorteios realizados pelos Colégios de Aplicação vinculados às universidades públicas, para o ingresso de aluno no Ensino Fundamental.

Quadro 22: *Plano de ensino: Legislação e cotidianos do Ensino Superior.* Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

CURSO		
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA		
Legislação e cotidianos da Educação Especial		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
15 horas	Modulo III/2020	1
PROFESSOR		
Profa. Dra. Sônia Maria Rodrigues		
EMENTA: A educação especial na forma da Lei, oferecida na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		
OBJETIVOS: Compreender a relação entre legislação educacional e cotidianos da Educação Especial.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
UNIDADE 01		
<ul style="list-style-type: none"> • Legislação educacional e educação especial • A oferta da educação especial na rede regular de ensino 		
UNIDADE 02		
<ul style="list-style-type: none"> • O contexto e o papel da educação especial • A educação especial e prática docente 		
UNIDADE 03		
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagens teóricas em educação Especial • O papel das tecnologias assistivas • Parâmetros Curriculares Nacionais, Educação Inclusiva Inclusão e escolarização 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
Estrutura de apoio:		
<ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes 		
Recursos Didáticos:		
<ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AVALIAÇÃO		
Aspectos a serem avaliados		
<ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado 		
Instrumentos de avaliação		
<ul style="list-style-type: none"> • Provas • Seminário • Produção de artigo científico 		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		

Bibliografia Básica

MANZINI, Eduardo José. *Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação*. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise M de. (Org.). *Educação Especial: diálogo e pluralidade*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. p. 281- 289.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Educação especial no Brasil. História e políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

PACHECO, José e outros. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*

BRASIL. *Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*

BRASIL. *Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente*

BRASIL. *Lei nº 10.098/94 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.*

BRASIL. *Lei nº 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.*

BRASIL. *Lei nº 7.853/89 – CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiência*

BRASIL. *Lei Nº 8.859/94 – Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio*

BRASIL. *Decreto Nº 186/08 – Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com DEFICIÊNCIA e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 200*

BRASIL. *Decreto Nº 6.094/07 – Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*

BRASIL. *Decreto Nº 6.215/07 – institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD*

BRASIL. *Decreto Nº 6.214/07 – Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência*

BRASIL. *Decreto Nº 6.571/08 – Dispõe sobre o atendimento educacional especializado*

BRASIL. *Decreto nº 5.626/05 – Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*

BRASIL. *Decreto nº 2.208/97 – Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*

BRASIL. *Decreto nº 3.298/99 – Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências*

BRASIL. *Decreto nº 914/93 – Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*

BRASIL. *Decreto nº 2.264/97 – Regulamenta a Lei nº 9.424/96*

BRASIL. *Decreto nº 3.076/99 – Cria o CONADE*

BRASIL. *Decreto nº 3.691/00 – Regulamenta a Lei nº 8.899/96*

BRASIL. *Decreto nº 3.952/01 – Conselho Nacional de Combate à Discriminação*

BRASIL. *Decreto nº 5.296/04 – Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade*

BRASIL. *Decreto nº 3.956/01 – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*

Portaria nº 976/06 – Critérios de acessibilidade os eventos do MEC
Portaria nº 1.793/94 – Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências
Portaria nº 3.284/03 – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições
Portaria nº 319/99 – Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente
Portaria nº 554/00 – Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille
Portaria nº 8/01 – Estágios
Resolução CNE/CP nº 1/02 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores
Resolução CNE/CEB nº 2/01 – Normal 0 21 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
Resolução CNE/CP nº 2/02 – Institui a duração e a carga horária de cursos
Resolução nº 02/81 – Prazo de conclusão do curso de graduação
Resolução nº 05/87 – Altera a redação do Art. 1º da Resolução nº 2/81

Quadro 23: *Plano de ensino: Legislação e cotidianos da Educação Especial.* Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

CURSO		
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA		
Legislação e Inspeção Escolar		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
30 horas	Modulo III/2020	2
PROFESSOR		
Prof. Ms. Daniel Almeida Chacon		
EMENTA: A evolução do papel do inspetor escolar e a trajetória da inspeção no cenário educacional brasileiro. Legislação e inspeção escolar, especificidades e complexidades do cargo.		
OBJETIVOS: Compreender a Legislação e inspeção escolar, as especificidades e complexidades do cargo, bem como o histórico e papel do inspetor escolar.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>UNIDADE 01</p> <ul style="list-style-type: none"> • A evolução do papel do inspetor escolar <p>UNIDADE 02</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trajetória da inspeção no cenário educacional brasileiro <p>UNIDADE 03</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislação e inspeção escolar <p>UNIDADE 04</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especificidades e complexidades do cargo 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AVALIAÇÃO		
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado <p>Instrumentos de avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provas • Seminário • Produção de artigo científico 		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BARBOSA, Maria Rita L. da Silveira. <i>Inspeção Escolar: um olhar crítico</i>. Uberlândia, Gráfica Composer Editora Ltda.,2008.</p> <p>MENESES, João Gualberto de Carvalho. <i>Princípios e métodos da inspeção escolar</i>. São</p>		

Paulo, Saraiva: 1977.
LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola*. 5ª edição. Goiânia, Editora Alternativa, 2004.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, José Márcio (Org.). *Coletânea MAI de Legislação Federal do Ensino* (1931-1983). Belo Horizonte: Lancer – Comércio e Representações Ltda, 1984.

AGUIAR, José Márcio. *Manual do Diretor Escolar – Legislações de 1952 a 2009 no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Lâncer, 2010.

AGUIAR, José Márcio. *Resoluções do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Ensino Fundamental, Médio e Superior*. Belo Horizonte: Lâncer Ltda, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. *Resolução Nº 1, DE 27 DE MARÇO DE 2008*. Define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

LACERDA, Beatriz Pires de. *Administração escolar*. 2ª edição. São Paulo, Editora Pioneira, 1977.

MINAS GERAIS. LEI Nº 15.293, de 5 de Agosto de 2004.

RESOLUÇÃO Nº 457, de 30 de Setembro de 2009.

Quadro 24: *Plano de ensino: Legislação e Inspeção Escolar*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

CURSO		
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA		
Financiamento da Educação Pública		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
15 horas	Modulo III/2020	1
PROFESSOR		
EMENTA: Estudo das fontes, recursos públicos, políticas de financiamento e gestão de recursos para a educação básica e ensino superior à luz da legislação vigente.		
OBJETIVOS: Compreender os processos de financiamento da educação pública brasileira. Desenvolver competências para a atuação no campo da gestão dos recursos financeiros da educação que vise à construção de uma escola pública de qualidade.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>Unidade I – Estado, cidadania e direito tributário.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estado e cidadania. • O direito tributário. • Recursos públicos e sistema tributário. <p>Unidade II - Financiamento e Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislação e financiamento da Educação • Legislação e Recursos públicos para a educação. • Orçamento da educação. • Política de financiamento e fundos. <p>Unidade III - Descentralização de recursos para a Educação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas de descentralização de recursos para as escolas. • A gestão e recursos descentralizados para a educação. 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AVALIAÇÃO		
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado <p>Instrumentos de avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provas • Seminário • Produção de artigo científico 		

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **O público e o privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

DAVIES, Nicholas. **Tribunais de Contas e educação**: quem controla o fiscalizador de recursos. São Paulo: Plano, 2001.

EDNIR, Madza; BASSI, Marcos. **Bicho de sete cabeças**: para entender o financiamento da educação brasileira. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, 2009.

Bibliografia Complementar

DAVIES, Nicholas.. **Fundeb**: a redenção da educação básica. Niterói-RJ: Edição do Autor, 2007.

FRANCO, Sílvia Cintra. **Para que tantos impostos?**: Dinheiro público e cidadania. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

DAVIES, Nicholas. **Financiamento de Educação**: novos ou velhos desafios. São Paulo: Xamã, 2004.

Quadro 25: *Plano de ensino: Financiamento da Educação Pública* Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO		
CURSO		
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA		
Metodologia da Pesquisa Científica		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
15 horas	Modulo III/2020	1
PROFESSOR		
Profa. Dra. Daniela Passos		
EMENTA: Ciência, método, metodologia e epistemologia. Metodologia de pesquisa: métodos e técnicas de investigação social. Natureza e tipos de trabalhos acadêmicos. A pesquisa em legislação educacional. O projeto de pesquisa. Normas técnicas para elaboração de projetos e redação do TCC.		
OBJETIVOS: Conhecer os conceitos de ciência, método, metodologia e epistemologia no processo de produção de conhecimento. Preparar o estudante para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1 NOÇÕES GERAIS		
1.1 Trabalho acadêmico		
1.2 Tipos de trabalhos acadêmicos		
1.2.1 <i>Trabalhos de aula</i>		
1.2.2 <i>Trabalhos de conclusão: Monografia, Dissertação e Tese</i>		
1.2.3 <i>Trabalho de Iniciação à Pesquisa Científica</i>		
1.2.4 <i>Artigo científico</i>		
1.2.5 <i>Recensão/resenha</i>		
2 MONTANDO A PESQUISA		
2.1 Primeiros passos		
2.1.1 Definição e delimitação da pesquisa		
2.1.2 Reconhecimento do campo científico		
2.1.3 Tipo de pesquisa		
2.2 Heurística, coleta de dados, fichamento		
2.2.1 Como pesquisar		
2.2.2 Como ler		
2.2.3 Como registrar (fichamento)		
2.3 Elementos de um trabalho de pesquisa científica		
2.3.1 <i>Problema e hipótese</i>		
2.3.2 <i>Estado da questão e levantamento da literatura</i>		
2.3.3 <i>Análise</i>		
2.4.4 <i>Síntese</i>		
2.4.5 <i>Conclusão do trabalho</i>		
2.4.6 <i>Metatextos</i>		
3. ESCRITA DO PROJETO		
3.1 Título		
3.2 Introdução		
3.3 Justificativa		
3.4 Objetivos da Pesquisa		
3.5 Metodologia		
3.6 Fundamentação teórica		
3.7 Esquema de redação		
3.8 Cronograma de execução		

3.9 Conclusão
3.10 Referências
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS
<p>Estrutura de apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes <p>Recursos Didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas
AVALIAÇÃO
<p>Aspectos a serem avaliados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado <p>Instrumentos de avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provas • Seminário • Produção de artigo científico
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida de. <i>Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação</i>. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; CUNHA, Suzana Ezequiel da. <i>Os caminhos da pesquisa em ciências humanas</i>. Belo Horizonte: Ed.Puc Minas, 2004</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry. <i>Pesquisa social: métodos e técnicas</i> 3ª Ed São Paulo: Atlas, 2008. SEVERINO, Antonio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>KÖCHE, José Carlos. <i>Pesquisa científica: critérios epistemológicos</i>. Petrópolis: Vozes, 2005. MARCINI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. 7 ed. Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GRAFF, Gerald; BIRKENSTEIN, Cathy. <i>Eles falam, eu falo: um guia completo para desenvolver a arte da escrita</i>. São Paulo (Ribeirão Preto), Ed: Novo Conceito, 2011.</p> <p>GIL, A.C. <i>Como elaborar projetos de pesquisas</i>. São Paulo: Atlas, 2002.</p>

Quadro 26: Plano de ensino: *Metodologia da Pesquisa Científica* Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

PLANO DE ENSINO		
CURSO		
Pós-graduação Lato Sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar		
DISCIPLINA		
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso		
CARGA HORARIA	MÓDULO /ANO	CRÉDITOS
30 horas	Modulo III/2020	2
PROFESSOR		
Profa. Ms. Liliane Souza e Silva		
EMENTA: Orientação para elaboração de monografia de conclusão de curso: métodos, normas técnicas para redação da monografia.		
OBJETIVOS: Preparar e dar suporte ao estudante para a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
UNIDADE 01 <ul style="list-style-type: none"> • Produção de textos acadêmicos 		
UNIDADE 02 <ul style="list-style-type: none"> • Elementos do Trabalho de Conclusão de Curso • <i>Problema e hipótese</i> • <i>Estado da questão e levantamento da literatura</i> • <i>Análise, Síntese, Conclusão do trabalho, Metatextos</i> 		
UNIDADE 03 <ul style="list-style-type: none"> • Redação 		
UNIDADE 04 <ul style="list-style-type: none"> • Utilização das fontes 		
UNIDADE 05 <ul style="list-style-type: none"> • Formatação 		
ESTRUTURA DE APOIO / RECURSOS DIDÁTICOS		
Estrutura de apoio: <ul style="list-style-type: none"> • Textos • Projetor multimídia • Filmes 		
Recursos Didáticos: <ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos • Filme • Seminário • Debates • Aulas Expositivas 		
AVALIAÇÃO		
Aspectos a serem avaliados <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade • Participação/interesse • Pontualidade • Criticidade/criatividade • Conhecimento e domínio dos conteúdos estudado 		
Instrumentos de avaliação <ul style="list-style-type: none"> • Provas • Seminário 		

- Produção de artigo científico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Editorial Presença.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas* 3ª Ed São Paulo: Atlas, 2008. SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

KÖCHE, José Carlos. *Pesquisa científica: critérios epistemológicos*. Petrópolis: Vozes, 2005. MARCINI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. Paulo: Atlas, 2010.

Quadro 27: *Plano de ensino: Trabalho de Conclusão de Curso*. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

4.4 Critérios de avaliação

O processo de avaliação do curso obedecerá às diretrizes de avaliação estabelecidas no Regimento Geral da UEMG e ao que já é praticado no âmbito do Curso de Pedagogia da FAE, que se dá em duas situações: nas disciplinas obrigatórias e no trabalho de conclusão de curso. O processo de avaliação nas disciplinas é feito por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem).

AVALIAÇÃO	
Procedimentos	Pontos cumulativos em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), sendo que a média para aprovação é de 70 pontos.
Critérios	Os critérios de avaliação serão pautados na exigência de qualidade da oferta do ensino, o que não implica de modo algum autoritarismo por parte do professor para com o estudante, antes estes critérios, passarão continuamente por discussão e adequações ouvindo sempre os sujeitos da ação.
Períodos	<i>No bloco presencial:</i> Processos avaliativos compreendendo uma carga horária de 304 horas, das atividades ofertadas na Unidade Acadêmica. <i>No bloco a distância:</i> Processos avaliativos compreendendo uma carga horária de 76 horas, em atividades realizadas em plataforma de EAD.
Instrumentos	<i>Avaliação Dissertativa:</i> que exigirá dos estudantes a construção e exposição de conhecimento norteado por uma reflexão estruturada e analítica dos problemas, possibilitando a síntese de ideias e conhecimentos, a compreensão de conceitos, etc. Em outros termos diante de um problema autêntico, o estudante munido do conhecimento adquirido constrói uma explicação. <i>Avaliação Oral:</i> Este instrumento avaliativo permitirá além do contato mais próximo ao professor, desenvolve a oralidade e a habilidade de argumentação do estudante. <i>Seminário:</i> Instrumento que favorece a exposição oral e permite a comunicação das informações pesquisadas utilizando-se de material de apoio adequado. Para além disso possibilita a aprendizagem do ouvinte e expositor, envolvendo o grupo em processos de planejamento, organização das informações, e oratória. <i>Artigo Científico:</i> a importância deste instrumento de avaliação, além de outras, desenvolve no estudante a produção científica durante a graduação, possibilita o ingresso em programas de iniciação científica, e para além disso ao desenvolver pesquisas e publicar artigos durante a graduação, o prepara para os processos seletivos dos programas de pós-graduação mestrado ou doutorado, que estão cada vez mais exigentes. <i>Resenha:</i> Este instrumento de avaliação exige do estudante uma posição crítica, capacidade de síntese, objetividade, domínio do assunto abordado e sobretudo uma argumentação eficientemente, requisito necessário para o bom desempenho do jurista. <i>Resumo:</i> Este instrumento avaliativo é essencial para confecção de textos técnico-científicos dos estudantes, pois através desse exercício expõe sua compreensão de conceitos e texto lido, bem como possibilita a memorização. <i>Atividades práticas cotidianas:</i> Propostas de alteração de formulários, rotinas administrativas, práticas institucionais e/ou intervenções didático-pedagógicas.

	<p>Leitura Orientada: Instrumento importantíssimo, muito utilizado em programas de pós-graduação, mas que dada a especificidade do projeto, a importância da leitura cotidiana, e o tempo comunidade, a leitura orientada será neste projeto, um dos mais importantes instrumentos avaliativos considerando o seu caráter individualizado e personalizado.</p>
--	---

Quadro 28: *Critérios de avaliação.* Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

4.5 Critérios de aprovação e frequência

Os critérios de aprovação serão o aproveitamento de 70% do conteúdo de cada disciplina “a critério do professor e de acordo com as características de cada disciplina, podendo compreender arguições, provas, exames, relatórios, trabalhos e projetos, interesse e participação efetiva do aluno nas atividades da mesma.”¹³ Quanto a frequência o estudante deverá frequentar no mínimo 75% da carga horária de cada disciplina, conforme legislação vigente.

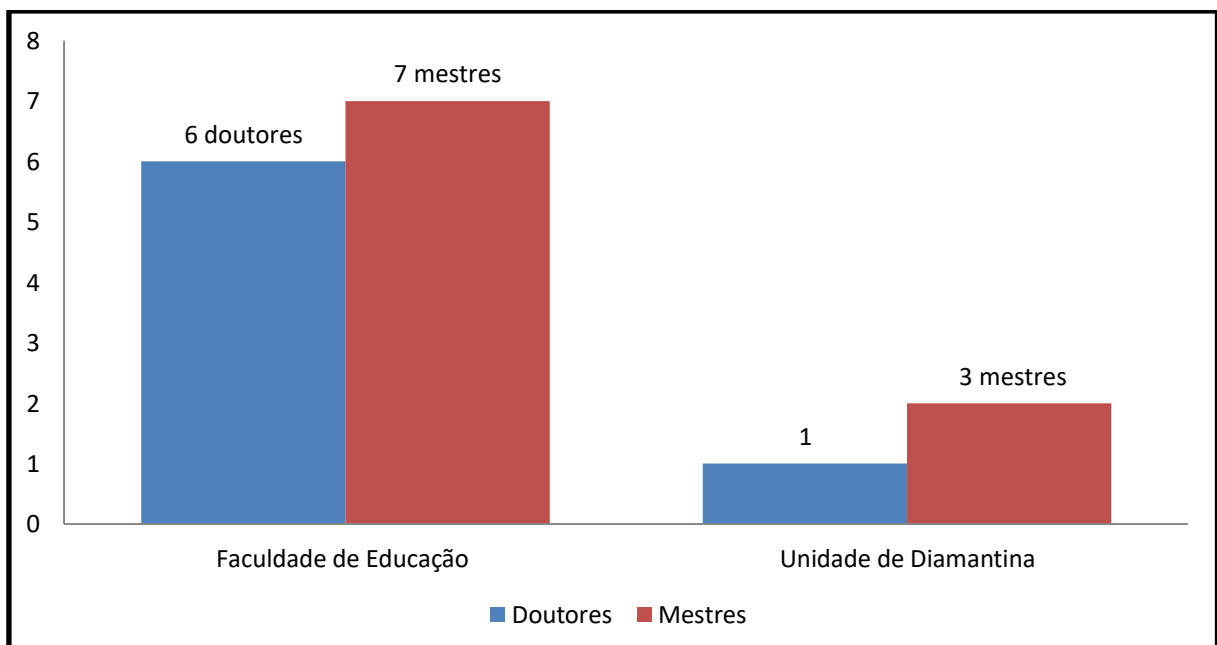
¹³ UEMG. *Normas Gerais da Pós-Graduação – UEMG.* p.4.

5. COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE

5.1 Relação nominal dos docentes

Docente	Instituição de vínculo	Situação funcional	Titulação
Laurici Vagner Gomes	UEMG	Efetivo	Doutor
Francisco André Silva Martins	UEMG	Efetivo	Doutor
André Luis Eloi	UEMG	Designado	Mestre
Leniederson Rosa Pinto	UEMG	Designado	Mestre
Vitoria Regia Izau	UEMG	Efetivo	Doutor
Michelle Aparecida Batista	UEMG	Designado	Mestre
Catarina Dallapicula	UEMG	Efetivo	Mestre
Juliana Cordeiro Soares Branco	UEMG	Efetivo	Doutor
Mário Gomes Ferreira	UEMG	Efetivo	Mestre
Jacqueline da Silva Gonçalves	UEMG	Efetivo	Mestre
Cristiane Silva Franca	UEMG	Efetivo	Mestre
Daniel Cardoso Alves	UEMG	Efetivo	Mestre
Sonia Maria Rodrigues	UEMG	Efetivo	Doutor
Daniel Ribeiro Almeida Chacon	UEMG	Efetivo	Mestre
Daniela Oliveira Ramos dos Passos	UEMG	Efetivo	Doutor
Liliane Souza e Silva	UEMG	Efetivo	Mestre

Quadro 29: Relação nominal de docentes para a 1ª turma. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. 2019.



Quadro 30: Titulação dos docentes para a 1ª turma. Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. 2019.

5.2 Coordenação do curso

Assumirá a coordenação da Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar, a Profa. Dra. Vitoria Regia Izau, professora do Departamento de Fundamentos Sócio-Histórico Filosófico da Educação – DFSHFE; no impedimento desta a outro professor(a) do quadro desta pós-graduação assumirá o cargo em conformidade com a legislação vigente. Abaixo resumo de *curriculum lattes* da coordenadora:

Professora efetiva do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Inclusão Social da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais na linha de Pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e ações coletivas. Foi Bolsista CAPES do Programa de Desenvolvimento Acadêmico ABDIAS DO NASCIMENTO CAPES/SECADI: Interculturalidade e relações étnico-raciais: saberes, territorialidades, culturas no contexto do Programa Abdias do Nascimento, tendo realizado estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em Portugal. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004), graduada em Serviço Social, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1999). Coordenou o Curso de pós-graduação Gestão do Trabalho com Famílias do Centro Universitário UNA em Belo Horizonte. Ministrou aulas nos cursos de pós-graduação Intervenção Psicossocial no Contexto das Políticas Públicas e no Curso de pós-graduação em psicopedagogia da UNI-BH. Foi docente da disciplina de metodologia no curso de especialização Comunicação e Saúde da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Atuou como docente das disciplinas TCC e Estratégias e Técnicas III, oficina de Pesquisa I e II do Curso de Serviço Social da PUC/MG. Tem experiência na elaboração de propostas pedagógicas de curso de pós-graduação em temáticas do campo social. Tem experiência na gestão acadêmica atuando na Coordenação de Curso de Serviço Social em uma instituição privada na cidade de Belo Horizonte. Tem experiência docente nos Cursos de Serviço Social, Pedagogia, Educação Física, Direito e Música. Atuou como integrante do Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos. Foi integrante da equipe de profissionais do Projeto Criança Esperança onde coordenou o Núcleo de Educação, atuando na implementação da política de acompanhamento e atendimento aos educadores sociais, atendimento ao projeto Escola Integrada, Implantação da biblioteca comunitária e da Escola de Educação de Jovens e Adultos, no Aglomerado Serra em Belo Horizonte. Atuou como coordenadora e docente do projeto de extensão violência, território, família e vínculo promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Temas de interesse: Insurgências urbanas e Direito à cidade, Educação e relações étnico-raciais, Educação para a Diversidade, Processos educativos nas periferias urbanas, feminismo negro e as cidades contemporâneas, organização social e técnica do capitalismo: profissão docente, formação de educadores.¹⁴

6. ESTRUTURA FÍSICA

¹⁴ Plataforma lattes: In: <http://lattes.cnpq.br/0968387663936927>

A Faculdade de Educação – FaE – funciona em prédio alugado, situado na Rua Paraíba, 29, Bairro dos Funcionários. Para atender a demanda do programa de mestrado além dos espaços que mantém no prédio da faculdade, o programa possui espaço próprio em um anexo situado na Rua Timbiras, 900, Bairro Funcionários, vizinho à FAE. Este espaço pertence ao Estado e foi cedido pela Secretaria de Educação à UEMG. Ainda no que se refere à estrutura, o prédio

é atendido pela Redecomep, que possibilita navegação na internet por fibra ótica em altíssima velocidade. Este anexo conta com novas salas para professores em regime integral, bem como laboratório de informática e outros ambientes necessários à pós-graduação.¹⁵

Destacamos as principais instalações no item a seguir.

6.1 Instalações

ESPAÇO	SERVIÇO	QUANT.
Salas de aula	Ensino	12
Laboratório de Informática	Ensino	01
Biblioteca	Pesquisa	01
Secretaria	Gestão	01
Recepção	Atendimento	01
Sala dos professores	Suporte	01
Sala de estudos para professores	Suporte	01
Departamentos	Gestão	01
Direção	Gestão	01
Sala de Reunião	Gestão	01
Coordenação de Curso	Gestão	01
Setor de Recursos Humanos	Gestão	01
Cantina	Suporte	01
Xérox	Suporte	01
Área de convivência	Convivência	01
Diretório Acadêmico	Org. Estudantil	01
Auditório	Suporte	01
Garagem	Suporte	01
Brinquedoteca	Ensino	01
Acervo Documental	Pesquisa	01
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Meio Ambiente e Saúde ¹⁶	Pesquisa	01
Núcleo de Estudos e Pesquisas de Psicologia da Educação e Psicopedagogia ¹⁷	Pesquisa	01

¹⁵ UEMG. *Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – UEMG / 2015-2024*. Belo Horizonte. 2014. p. 81.

¹⁶ O Núcleo de Estudos sobre Educação, Meio Ambiente e Saúde está vinculado à Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Tem como objetivo principal articular e desenvolver pesquisas e projetos de extensão sobre as diversas abordagens educativas relacionadas ao ambiente, ciências e saúde, buscando desenvolvimento de projetos de intervenção ambiental em escolas e comunidades e, sobretudo, desencadear um processo reflexivo de busca de uma nova ordem nas relações entre sociedade e natureza. Linhas de pesquisa: a) Educação Ambiental; b) Educação e Saúde; c) Ensino de Ciências. In: Portal FAE: http://fae.uemg.br/FaE_Nucleos.php.

¹⁷ Criado em 2003 o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Psicologia da Educação e Psicopedagogia neppp da FAE-CBH-UEMG tem como propósito aprofundar os estudos e pesquisas na área da Psicologia da Educação e Psicopedagogia. O

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Linguagem ¹⁸	Pesquisa	01
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Comunicação e Tecnologia ¹⁹	Pesquisa	01
Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação	Pesquisa	01
Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos	Pesquisa e Extensão	01
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e História da Educação ²⁰	Pesquisa	01
Centro de Comunicação	Comunicação	01
Centro de Pesquisa	Pesquisa	01
Centro de Extensão	Extensão	01
Centro de Ensino	Ensino	01
Coordenação Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	Extensão	01

Quadro 31: *Instalações.* Projeto de Pós-graduação *lato sensu* em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

6.2 Equipamentos

Núcleo é constituído por professores do Programa de Pós graduação *Lato Sensu*, vinculado ao Curso de Pós graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e ao Programa de Pós graduação *Stricto Sensu* vinculado ao Mestrado em Educação e Humanidades de fae-UEMG. Linha de pesquisas: - História da Psicologia da Educação em Minas Gerais. - Fundamentos da Psicopedagogia. - Processos de ensino-aprendizagem. - Práticas Educativas na Psicopedagogia. In: Portal FAE: http://fae.uemg.br/FaE_Nucleos.php.

¹⁸ Idealizado por alguns docentes em 2003 e criado em 2007, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Linguagem - NEPEL da FaE-CBH-UEMG tem como propósito aprofundar os estudos e pesquisas na área de Educação, Linguagens, Alfabetização e Letramentos. O Núcleo é constituído por professores da Graduação, da Pós-graduação *Lato Sensu* e do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* vinculado ao Mestrado em Educação e Formação Humana da FaE-UEMG. Palavras chave: Educação, Pesquisa, Linguagens, Alfabetização, Letramentos. OBJETIVO GERAL Desenvolver e estimular atividades de estudo, pesquisa, extensão e formação docente no campo da linguagem englobando: alfabetização, letramentos, culturas do escrito, literatura, leitura e escrita no desenvolvimento da língua portuguesa, da matemática, entre outras interfaces da linguagem. OBJETIVOS ESPECÍFICOS •Aprofundar estudos na área de alfabetização, literatura, leitura e escrita, numa perspectiva inter e transdisciplinar; •Promover intercâmbios interinstitucionais, intermunicipais e interestaduais, que desenvolvam estudos, pesquisas e projetos sobre a temática; •Desenvolver projetos de pesquisa que objetivem compreender as concepções, práticas e apropriações de diferentes linguagens; •Promover colóquios, fóruns, debates, simpósios, encontros e cursos de especialização e de extensão em linguagens; •Promover ações que visem à formação inicial e continuada de professores/as, a melhoria do ensino e das relações da linguagem, no contexto das práticas educativas. In: Portal FAE: http://fae.uemg.br/FaE_Nucleos.php.

¹⁹ O NECT – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Comunicação e Tecnologia – implantado e estruturado em 2001, tem como finalidade estudar e pesquisar a utilização dos diversos meios e recursos tecnológicos, tendo como objetivo principal contribuir com a formação de futuros profissionais da educação, promovendo assim um debate permanente entre práticas pedagógicas inovadoras em diálogo com as múltiplas tecnologias. Confira nossa página no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ. Tais objetivos do núcleo estão em consonância com Ministério da Educação quanto à universalização do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no sistema público de ensino e atualmente o NECT desenvolve pesquisas relacionadas às seguintes linhas: Educação a Distância, Mídia-Educação e Informática Educativa. (...) Atualmente são ofertadas 04 (quatro) temas-disciplinas intituladas “Estudos sobre Educação e Tecnologia” com as seguintes ênfases: “Sociedade da Informação e Conhecimento” no Núcleo Formativo II; “Mediação Tecnológica” no Núcleo Formativo VI; “Mídias e Educação” no Núcleo Formativo VII; “Informática Educativa” no Núcleo Formativo VIII. Compõe ainda a política do NECT, a gestão de dois espaços voltados para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária: os espaços EDUCARE e POIESIS. O Espaço EDUCARE de Educação e Informática é um ambiente de aprendizagem para atendimento às variadas demandas do campo da informática instrumental e educativa aos alunos, professores e funcionários da FaE/CBH/UEMG. Já o Espaço POIESIS de Educação e Mídia é um ambiente de produção de mídias direcionado para o planejamento e desenvolvimento de propostas e outras atividades no campo da mídia-educação. Neste ambiente são desenvolvidos projetos relacionados à produção de animações, documentários, oficinas temáticas entre outras ações. In: Portal FAE: http://fae.uemg.br/FaE_Nucleos.php.

²⁰ O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e História da Educação - NEPFHE -, foi formalizado em dezembro de 2008. Com o propósito de articular e congregar os trabalhos desenvolvidos na Faculdade de Educação/CBH/UEMG, em particular aqueles das suas linhas mestras, a Filosofia e a História da Educação, o Núcleo tem promovido de forma efetiva a ação, o debate e a pesquisa sobre a educação em seus vários espaços. Entre os eventos podemos destacar o ‘Diálogos Extemporâneos’ que chegou à sua quinta edição, e com uma dinâmica que valoriza a relação ensino, pesquisa e extensão. Também o projeto ‘Roda de Conversa’ é outro importante evento que trás para o espaço discussões sobre a Infância e o meio que a envolve. O Núcleo também participa da promoção dos vários encontros nos Sábados Temáticos organizados pela FaE. Por meio de seus membros tivemos representantes nos dois últimos Colóquios Internacionais de Filosofia da Educação organizados pela UERJ. In: Portal FAE: http://fae.uemg.br/FaE_Nucleos.php.

ITEM MATERIAL	QUANTIDADE
AMPLIFICADOR DE POTENCIA -	1
AMPLIFICADOR DE POTENCIA - POTENCIA RMS: 200 WATTS P/CANAL 4 OHMS E 120 PARA CANAL 8 OHMS; POTENCIA MUSICAL: 400 WATTS P/CANAL 4 OHMS E 240 PARA CANAL 8 OHMS; SENSIBILIDADE DE ENTRADA: 775MV; IMPEDANCIA DE ENTRADA: 30K OHMS; TENSÃO DE REDE: 120/240 VOLTS;	3
AR CONDICIONADO -	3
AR CONDICIONADO - CAPACIDADE: 12300 BTU; TIPO: FIXO, COM MOTOR DE 1 HP; TENSÃO: 110/220 VOLTS;	1
AR CONDICIONADO - CAPACIDADE: 30000 BTU; TIPO: FIXO; TENSÃO: 110/220 VOLTS;	4
BLU-RAY OU DVD PLAYER -	2
CAIXA ACUSTICA - FINALIDADE: EQUIPAMENTO DE SOM; POTENCIA: 200 WATTS; NUMERO DE ALTO FALANTES: UM ALTO FALANTE DE 10 POLEGADAS; ACESSORIOS: UM TWEETER;	6
CAIXA ACUSTICA - FINALIDADE: PARA SOM AMBIENTE; POTENCIA: 35 WATTS; NUMERO DE ALTO FALANTES: 01 DE 06"; ACESSORIOS: SEM ACESSORIOS;	1
CAMERA FILMADORA DIGITAL -	2
CAMERA FILMADORA DIGITAL - SISTEMA: NTSC QPS, PAL QPS; FORMATO: DIGITAL; FORMATO REPRODUCAO: DIGITAL CODEC H264 . MP4; TIPO: FILMADORA FOTOGRAFICA DIGITAL; AUDIO: MONO 48 KHZ COMPRESSAO DE AAC COM AGC; ZOOM: NAO APLICAVEL; LENTE: ABERTURA F/2.8 FIXA, LENTE CRISTAL ESFERICA; FILTRO: SEM FILTRO; ESTABILIZADOR: COM ESTABILIZADOR DE IMAGEM; LUX: NAO APLICAVEL; VISOR: COLORIDO; MONITOR: TELA LCD;	1
CAMERA FOTOGRAFICA - TIPO: COMPACTA DE 35MM; COMPONENTES (1): AVANCO E REBOBINAMENTO AUTOMATICO DO FILME; COMPONENTES (2): FLASH EMBUTIDO; COMPONENTES (3): FOCO FIXO, COM VISOR GRANDE; COMPONENTES (4): DATADOR, DISTANCIA FOCAL DE 1,6M A INFINITO; COMPONENTES (5): OBTURADOR COM VELOCIDADE DE 1/140S ATE 32S; SISTEMA ALIMENTACAO: 2 PILHAS TIPO AA DE 1,5V;	1
CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL -	4
CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL - VISOR: LCD DE 2 POLEGADAS; FLASH: EMBUTIDO; ZOOM: OPTICO DE 3X; IMAGEM: DIGITALIZADA, COLORIDA DE 7.1 MEGAPIXELS; ACESSORIOS (1): CARTAO DE MEMORIA 1 GB, CAPA PROTETORA; ACESSORIOS (2): CARREGADOR COM 4 PILHAS RECARREGAVEIS;	1
CARREGADOR BATERIA - (PERMANENTE)	1
CARREGADOR DE PILHAS - TIPO: NI-MH, NI-CD; TAMANHO: AA, AAA, C E D; CAPACIDADE: ATE 4 PILHAS GRANDES; ALIMENTACAO: 110/220 VOLTS; ACESSORIOS: SEM ACESSORIOS;	1

CD PLAYER - TIPO: COMPACT DISC PARA 01 CD; CONVERSAO: LINEAR DIREITA; CONTROLE REMOTO: SEM FIO; RESPOSTA FREQUENCIA: 20 HZ - 18 KHZ + OU - 4DB; DISTORCAO/CONVERSOR: DISTORCAO 0,009 PORCENTO/CONVERSOR DE 1 A - 1 BIT; ALIMENTACAO: 120 VOLTS - 60 HZ; POTENCIA: 12 WATTS;	1
COLETOR DE DADOS - TIPO: MOVEI; MEMORIA: 128 MB; MEMORIA FLASH: 256 MB; FREQUENCIA DE OPERACAO: NAO APLICAVEL; DISPLAY: LCD OU TFT; SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS MOBILE 5.0 (SOFTWARE LEGADO) E 6.1; CONEXAO: NAO APLICAVEL;	1
COMPUTADOR -	5
COMPUTADOR - MODELO: AVANÇADO; SOFTWARE: COMPLETO (COM MONITOR E PERIFERICOS); MEMORIA: NAO APLICAVEL; PROCESSADOR: NAO APLICAVEL; DISCO RIGIDO: NAO APLICAVEL; MONITOR: NAO INCORPORADO; RESOLUCAO DE IMAGEM: NAO APLICAVEL;	1
COMPUTADOR - MODELO: AVANÇADO; SOFTWARE: COMPLETO (COM MONITOR E PERIFERICOS); MEMORIA: NAO APLICAVEL; PROCESSADOR: NAO APLICAVEL; DISCO RIGIDO: NAO APLICAVEL; MONITOR: NAO INCORPORADO; RESOLUCAO DE IMAGEM: NAO APLICAVEL;	2
COMPUTADOR - MODELO: AVANÇADO; SOFTWARE: TIPO 003 (COM MONITOR LCD 17"); MEMORIA: 2048MB DDR2 DUAL CHANNEL; PROCESSADOR: CORE 2 DUO / ATHLON 64 X2; DISCO RIGIDO: 160GB SATA-II; MONITOR: WINDOWS VISTA BUSINESS; RESOLUCAO DE IMAGEM: NAO APLICAVEL;	1
COMPUTADOR - MODELO: AVANÇADO; SOFTWARE: WINDOWS 7 PROF./OEM/PT-BR; MEMORIA: 16GB/SDRAM; PROCESSADOR: MINIMO CLOCK 3,2GHZ/4 NUCLEOS FISICOS/3MB DE CACHE; DISCO RIGIDO: 1000GB/SATA III/7200RPM; MONITOR: 21,5 POLEGADAS; RESOLUCAO DE IMAGEM: 1920 X 1080 A 60HZ;	45
COMPUTADOR - MODELO: BASICO - TIPO 002; SOFTWARE: VISTA BUSINESS, VERSAO OEM, PT/BR; MEMORIA: 1GB/SDRAM DDR2/667 MHZ; PROCESSADOR: ARQUITETURA EM64T(INTEL) OU X86-64(AMD); DISCO RIGIDO: 160GB/ SATA-II/ 7200RPM; MONITOR: LCD POLICROMATICO/ 17 POLEGADAS; RESOLUCAO DE IMAGEM: MINIMA 1280 X 1024 PIXELS A 60HZ;	2
COMPUTADOR - MODELO: BASICO; SOFTWARE: COMPLETO (COM MONITOR E PERIFERICOS); MEMORIA: NAO APLICAVEL; PROCESSADOR: NAO APLICAVEL; DISCO RIGIDO: NAO APLICAVEL; MONITOR: INCORPORADO; RESOLUCAO DE IMAGEM: NAO APLICAVEL;	14
COMPUTADOR - MODELO: INTERMEDIARIA; SOFTWARE: SEM MONITOR; MEMORIA: NAO APLICAVEL; PROCESSADOR: NAO APLICAVEL; DISCO RIGIDO: NAO APLICAVEL; MONITOR: INCORPORADO; RESOLUCAO DE IMAGEM: NAO APLICAVEL;	1
COMPUTADOR - MODELO: INTERMEDIARIO; SOFTWARE: COMPLETO (COM MONITOR E PERIFERICOS); MEMORIA: NAO APLICAVEL; PROCESSADOR: NAO APLICAVEL; DISCO RIGIDO: NAO APLICAVEL; MONITOR: NAO INCORPORADO; RESOLUCAO DE IMAGEM: NAO APLICAVEL;	6
COMPUTADOR - MODELO: PADRAO; SOFTWARE: WINDOWS 7 PROF. 64BITAS/OEM/PT-BR E OFFICE 2013 BR; MEMORIA: 8GB/SDRAM;	4

PROCESSADOR: MINIMO CLOCK DE 3.0GHZ COM 3MB DE CACHE; DISCO RIGIDO: 500GB/SATA III/720RPM; MONITOR: 19 POLEGADAS; RESOLUCAO DE IMAGEM: 1360 X 768 A 60HZ;	
COMPUTADOR - MODELO: PADRAO; SOFTWARE: WINDOWS 7 PROF.64BITS/OEM/PT-BR E OFFICE 2010; MEMORIA: 8GB/SDRAM DDR3/1600 MHZ; PROCESSADOR: MINIMO CLOCK DE 3.20 GHZ COM 3MB CACHE; DISCO RIGIDO: 500GB/SATA III/7200RPM; MONITOR: 19 POLEGADAS/LCD POLICROMATICO OU LED; RESOLUCAO DE IMAGEM: 1.360 X 768 A 60 HZ;	13
CONJUNTO DE SOM -	1
DESUMIDIFICADOR DE AR - CAPACIDADE: 150M3; MOTOR: 1/8HP; POTENCIA: 216W/198W; ALIMENTACAO: 127V;	1
EQUALIZADOR DE SOM - POTENCIA: 10 WATTS POR CANAL; CANAIS: 02; TENSAO: 115/230 VOLTS;	1
ESTABILIZADOR ELETRONICO -	11
ESTABILIZADOR ELETRONICO DE TENSAO -	26
ESTABILIZADOR P/AREA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - FINALIDADE: PROTECAO CONTRA SURTOS DE TENSAO; SELECAO DE TENSAO: 127 VOLTS; POTENCIA/FREQUENCIA: POTENCIA: 1 KVA - 60 HZ, COM ISOLADOR; SAIDA: 110 VOLTS COM 04 SAIDAS DE 03 PINOS;	5
FILMADORA PROFISSIONAL -	1
FILMADORA PROFISSIONAL - ALIMENTACAO: 12V DC; TEMPERATURA OPERACIONAL: TEMPERATURA OPERACAO: 0° A 40°, HUMIDADE:10% A 80%; SISTEMA TELEVISAO: EIA STANDAR NTSC SINAL DE COR: 525 LINHAS,; SISTEMA VIDEO DE GRAVACAO 04 CABECAS ROTATIVAS, ESCANEANDO HELICOIDALMENTE; SISTEMA DE MODULACAO: LUMINANCIA - FM DE GRAVACAO AZIMUTH,; SINAL DE COR: NTSC;	4
GRAVADOR - FINALIDADE: GRAVACAO ALFA/NUMERICA EM SUPERFICIE METALICA; TIPO: COM CHICOTE; MEDIDAS DO MANDRIL: MINIMO DE 0,8MM A MAXIMO DE 3,2MM; TENSAO: 120 VOLTS CORRENTE ALTERNADA - 50/60 HZ; AMPERAGEM: 1,15A;	1
GRAVADOR E REPRODUTOR DE AUDIO E VIDEO - IDENTIFICACAO: 04 CABECAS AUTO-LIMPANTES; COMPONENTE: CONTROLE REMOTO; ALIMENTACAO: 110/220 VOLTS;	1
GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM -	4
GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM - TIPO: GRAVADOR DIGITAL; FORMATO AUDIO: -; UNIDADE DE GRAVACAO: -; ALIMENTACAO: -; TIPO DE GRAVACAO: -; AUTONOMIA DE GRAVACAO: -;	1
GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM - TIPO: GRAVADOR REPRODUTOR DE FITA CASSETE PORTATIL; FORMATO AUDIO: -; UNIDADE DE GRAVACAO: -; ALIMENTACAO: -; TIPO DE GRAVACAO: -; AUTONOMIA DE GRAVACAO: -;	1
GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM - TIPO: PORTATIL; FORMATO AUDIO: DIGITAL; UNIDADE DE GRAVACAO: 01; ALIMENTACAO: 3 VOLTS; TIPO DE GRAVACAO: DIGITAL; AUTONOMIA DE GRAVACAO: 32 HORAS;	1

IMPRESSORA - SISTEMA DE IMPRESSAO: A LASER; RESOLUCAO: 1200 X 1200 DPI; VELOCIDADE IMPRESSAO: 14 PPM; TAMANHO PAPEL: 216 MM; INTERFACE DE CONEXAO: SERIAL; BUFFER MEMORIA: 17 KB; ALIMENTACAO: 110/220V;	1
IMPRESSORA - SISTEMA DE IMPRESSAO: JATO DE TINTA COLORIDA; RESOLUCAO: 1200 PPP PRETO E 4800X1200 PPP EM CORES; VELOCIDADE IMPRESSAO: 20 PPM PRETO E 14 PPM CORES (MINIMA EM PAPEL A4); TAMANHO PAPEL: 216 MM; INTERFACE DE CONEXAO: USB 2.0; BUFFER MEMORIA: MEMORIA INTEGRADA; ALIMENTACAO: 110/220V;	1
IMPRESSORA - SISTEMA DE IMPRESSAO: JATO DE TINTA, TIPO I; RESOLUCAO: ; VELOCIDADE IMPRESSAO: ; TAMANHO PAPEL: ; INTERFACE DE CONEXAO: E OUTRAS ESPECIFICACOES DEFINIDAS NO EDITAL.;	1
IMPRESSORA - SISTEMA DE IMPRESSAO: LASER, MONOCROMATICA; RESOLUCAO: 1200 X 1200 DPI; VELOCIDADE IMPRESSAO: 20 PPM; TAMANHO PAPEL: 216 MM; INTERFACE DE CONEXAO: USB E REDE; BUFFER MEMORIA: 32 MB; ALIMENTACAO: 110/220;	1
IMPRESSORA - SISTEMA DE IMPRESSAO: LASER; RESOLUCAO: 1200 X 1200 DPI OU SUPERIOR; VELOCIDADE IMPRESSAO: MINIMO 40 PPM; TAMANHO PAPEL: A4, CARTA, OFICIO; INTERFACE DE CONEXAO: USB E RJ-45; BUFFER MEMORIA: 48 MB; ALIMENTACAO: COMPATIVEL COM 127 VAC;	1
IMPRESSORA - SISTEMA DE IMPRESSAO: NAO APLICAVEL;	1
IMPRESSORA - SISTEMA DE IMPRESSAO: NAO APLICAVEL; RESOLUCAO: NAO APLICAVEL;	3
IMPRESSORA - SISTEMA DE IMPRESSAO: NAO INFORMADO;	5
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - SISTEMA DE IMPRESSAO: 1 GB; RESOLUCAO IMPRESSAO: 310,5 TPS;	1
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - SISTEMA DE IMPRESSAO: 128 MB; RESOLUCAO IMPRESSAO: 185 TPS;	1
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - SISTEMA DE IMPRESSAO: JATO DE TINTA; RESOLUCAO IMPRESSAO: ; VELOCIDADE IMPRESSAO: ; TAMANHO DE IMPRESSAO: ; RESOLUCAO DO FAX: ; VELOCIDADE DO FAX/MODEM: ; RESOLUCAO DO SCANNER: ; PROFUNDIDADE DE CORES: ; AREA DE DIGITALIZACAO: ; REDUCAO/AMPLIACAO COPIA: ; NUMERO DE COPIAS: ; INTERFACE: -;	1
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - SISTEMA DE IMPRESSAO: LASER, TIPO II; RESOLUCAO IMPRESSAO: ; VELOCIDADE IMPRESSAO: ; TAMANHO DE IMPRESSAO: ; RESOLUCAO DO FAX: ; VELOCIDADE DO FAX/MODEM: ; RESOLUCAO DO SCANNER: ; PROFUNDIDADE DE CORES: ; AREA DE DIGITALIZACAO: ; REDUCAO/AMPLIACAO COPIA: ; NUMERO DE COPIAS: ; INTERFACE: E OUTRAS ESPECIFICACOES DEFINIDAS NO EDITAL.;	3
LEITOR OPTICO PARA CODIGO DE BARRA - TIPO: GATILHO ELETRONICO AUTOMATICO: PORTATIL E FIXO; FONTE DE LUZ: DIODO DE LUZ VISIVEL MINIMO DE 630 NM +/- 10 NM; VELOCIDADE LEITURA: 100 VARREDURAS POR SEGUNDO; CONTRASTE DE IMPRESSAO: 20% MINIMO DE REFLECTANCIA; PROFUNDIDADE DE CAMPO: LONGA DIST 0 A 279 MM CURTA DIST 0 A 102 MM; LARGURA JANELA LEITURA: 64 MM NA FASE E	2

249 MM A 203 MM DE DISTANCIA; ALIMENTACAO: 5 VDC +/- 5%;	
MESA CONTROLADORA DE SISTEMA DE SOM -	1
MESA DIGITALIZADORA -	2
MESA MISTURADORA DE SOM -	1
MESA MISTURADORA DE SOM - CANAIS DE ENTRADA: 06 CANAIS; CANAIS DE SAIDA: 01 CANAL PARA GRAVACAO; ALIMENTACAO: 127/22 V- 50/60HZ;	1
MICRO SYSTEM -	2
MICROFONE - IMPEDANCIA: BAIXA 250 OHMS - ALTA 5 KOMS; SENSIBILIDADE: BAIXA 56 DB - ALTA 46 DB; ESTRUTURA INTERNA: CAPSULA DINAMICA; TIPO: SEM FIO;	1
MICROFONE - SENSIBILIDADE: ; ESTRUTURA INTERNA: ; TIPO: DINAMICO;	4
MINIIMPRESSORA -	2
NO BREAK PARA AREA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - FINALIDADE: GERACAO DE ENERGIA A BASE DE BATERIA; APLICACAO: PARA AREA DE INFORMATICA; POTENCIA: POTENCIA DE 650 VA; TENSÃO: TENSÃO DE 220 VOLTS DE ENTRADA E 115 VOLTS DE SAIDA;	1
NOBREAK -	5
NOTEBOOK,NETBOOK E/OU ULTRAFINO -	3
NOTEBOOK,NETBOOK E/OU ULTRAFINO - IDENTIFICACAO: NOTEBOOK; SOFTWARE: INCORPORADO; CLOCK: DE ACORDO COM O DESENHO ESPECIFICO PARA NOTEBOOK; DISCO RIGIDO: 160GB; MEMORIA: 4GB (INSTALADA) E 4GB (SUPPORTADA); TELA: LCD-TFT POLICROMATICO, INTEGRADO/ 13 E 14,1 POL.; DISPOSITIVO: DVD; ACESSORIOS: NAO SE APLICA;	1
NOTEBOOK,NETBOOK E/OU ULTRAFINO - IDENTIFICACAO: NOTEBOOK; SOFTWARE: WINDOWS 7; CLOCK: DESENHADO ESPECIFICAMENTE PARA USO EM NOTEBOOKS; DISCO RIGIDO: 500GB/ 7.200 RPM; MEMORIA: 4GB/DDR3-SDRAM/ BARRAMENTO 1333MHZ; TELA: ENTRE 13 E 14,6 POLEGADAS/ 1366 X 768 A 60 HZ; DISPOSITIVO: DVD-RW, "TOUCHPAD" INTEGRADO NO GABINETE; ACESSORIOS: MALETA DE COURO, PVC OU NYLON/CABO DE ACO;	2
NOTEBOOK,NETBOOK E/OU ULTRAFINO - IDENTIFICACAO: NOTEBOOK; SOFTWARE: WINDOWS 7 OU SUPERIOR; CLOCK: PARA USO EM NOTEBOOK; DISCO RIGIDO: 500GB; MEMORIA: 8GB; TELA: ENTRE 13 E 14,6 POLEGADAS; DISPOSITIVO: DVD-RW; ACESSORIOS: MALETA, CABO DE SEGURANCA;	5
NOTEBOOK,NETBOOK E/OU ULTRAFINO - IDENTIFICACAO: NOTEBOOK; SOFTWARE: WINDOWS 7 PRO/64BITS/OEM/PT-BR E OFFICE 2010; CLOCK: PARA PROCESSADOR ESPECIFICO USO EM NOTEBOOK; DISCO RIGIDO: 500GB/SATA 300MB/S 7200 RPM; MEMORIA: 4GB/SDRAM DDR3 1600MHZ; TELA: ENTRE 13 E 14,6 POLEGADAS; DISPOSITIVO: DVD-RW; ACESSORIOS: MALETA, CABO DE SEGURANCA;	1
NOTEBOOK,NETBOOK E/OU ULTRAFINO - SOFTWARE: ; CLOCK: 2,8 GHZ; DISCO RIGIDO: 60 GB (4200 RPM); MEMORIA: INCORPORADO (WINDOWS E	1

OFFICE); TELA: 512 MB DE MEMORIA DDR-SDRAM/266MHZ; DISPOSITIVO: MONITOR 15"; ACESSORIOS: CD-RW/DVD, DISQUETE, REDE, FAX;	
PLACA DE RECUPERACAO - IDENTIFICACAO: AUTOMATICA DO SISTEMA OPERACIONAL; INTERFACE DE CONEXAO: PCI 32 BIT; COMPATIBILIDADE: WINDOWS, DOS , LINUX; SEGURANCA: SENHA;	136
PROJETOR MULTIMIDIA -	5
PROJETOR MULTIMIDIA - ENTRADA: 1 PARA VIDEO E 2 PARA MICRO INDEPENDENTES; COMPATIBILIDADE: PADROES VGA, SVGA, XGA, NTSC, PAL, SECAM; AUDIO: EMBUTIDO; RESOLUCAO REAL: SVGA (800 X 600); RESOLUCOES SUPORTADAS (1) VGA (640 X 480); RESOLUCOES SUPORTADAS (2) SVGA (800 X 600); CORES PROJETAVEIS:: ATE 16.700 MILHOES; TAXA DE CONTRASTE: 2000: 1 FULL ON; LUMINOSIDADE: 2000 ANSI LUMENS MODO NORMAL P/QUALQUER TIPO AMBIE; TAMANHO IMAGEM: 300 POLEGADAS; LAMPADA DE PROJECAO: 250 W UHP,C/VIDA UTIL P/5000 HRS MO	1
PROJETOR MULTIMIDIA - ENTRADA: HDMI X 1 COMPUTADOR:VGA RGB (D-SUB 15 PINOS); COMPATIBILIDADE: VÍDEO: DIGITAL: NTSC/NTSC4.43/PAL/PAL-M/PAL-N; AUDIO: RCA X 2 (VERMELHO/BRANCO) MINI JACK STEREO X2; RESOLUCAO REAL: XGA (1024X768 PIXELS); RESOLUCOES SUPORTADAS (1) 1400X1050; RESOLUCOES SUPORTADAS (2) VGA/SVGA/XGA/WXGA/WXGA+/SXGA/SXGA+; CORES PROJETAVEIS:: FULL COLOR - 1,07 BILHÃO DE CORES; TAXA DE CONTRASTE: 10.000:1; LUMINOSIDADE: 3000 ANSI LUMENS (EM CORES)/3000ANSI LUMENS BRANCO; TAMANHO IMAGEM:	11
RETROPROJETOR -	4
ROTEADOR	1
ROTEADOR PARA REDE WIRELLES	1
SCANNER	4
SCANNER - TIPO: DE MESA;	2
SCANNER - TIPO: DE MESA; AREA DE DIGITALIZACAO: DIGITALIZACAO DE IMAGENS; RESOLUCAO: 1200 DPI; PROFUNDIDADE DE CORES: POLICROMATICO;	1
SERVIDOR DE REDE -	1
SISTEMA ANTIFURTOS - TIPO: RADIO FREQUENCIA - RFID; APLICACAO: BIBLIOTECA; COMPOSICAO (1): 2 ANTENAS, ETIQUETAS RFID; COMPOSICAO (2): DISPOSITIVO DE MESA E PORTATIL;	1
SWITCH -	13
TAPE DECK PARA REPRODUCAO DE FITAS K7 - SISTEMA: 04 PISTAS E 02 CANAIS ESTEREO; VELOCIDADE DE PISTA: APROXIMADA DE 4,76CM POR SEGUNDO; ALIMENTACAO: 110/220 VOLTS; MEDIDAS: 130MM LARGURA X 430MM ALTURA X 280MM PROFUNDIDADE;	1
TELA DE PROJECAO -	6

TELA DE PROJECAO - MATERIA-PRIMA: PLASTICO BRANCO LEITOSO; TIPO: RETRATIL; MEDIDAS: 1,80 X 1,80 M;	1
TELEVISAO -	4
TELEVISAO - TIPO: A CORES,; TAMANHO TELA EM POLEGADA: 40 POLEGADAS, FULL HD, COM CONVERSOR INTEGRADO; TIPO DA TELA: TELA DE LCD; OPCIONAIS: .; TENSAO: 110/220 VOLTES; ACESSORIOS: COM SUPORTE DE MESA;	1
TELEVISAO - TIPO: COLORIDO; TAMANHO TELA EM POLEGADA: 29 POLEGADAS; TIPO DA TELA: PLANA; OPCIONAIS: COM SAIDA DE AUDIO E CONTROLE REMOTO; TENSAO: 127/220 VOLTS;	1
TELEVISAO - TIPO: TELEVISOR COLORIDO; TAMANHO TELA EM POLEGADA: 14 POLEGADAS; TIPO DA TELA: PLANA; OPCIONAIS: COM ANTENA INTERNA; TENSAO: 127/220 VOLTS; ACESSORIOS: NAO APLICAVEL;	1
TELEVISAO - TIPO: TELEVISOR COLORIDO; TAMANHO TELA EM POLEGADA: 20 POLEGADAS; TIPO DA TELA: CONVEXA; OPCIONAIS: COM CONTROLE REMOTO E ANTENA INTERNA; TENSAO: 127/220 VOLTS; ACESSORIOS: NAO APLICAVEL;	1
TRIPE FOTOGRAFICO -	1
TRIPE FOTOGRAFICO - MATERIA-PRIMA: METAL ANTI-OXIDANTE; CAPACIDADE CARGA: NAO APLICAVEL; DIAMETRO ROSCA: ROSCA UNIVERSAL; ALTURA MINIMA: NAO APLICAVEL; ALTURA MAXIMA: NAO APLICAVEL; ESTAGIO: NAO APLICAVEL; ANGULO ABERTURA: NAO APLICAVEL; TRAVA: NAO APLICAVEL;	1
VIDEO AMPLIADOR - TIPO: PORTATIL DE MESA COM CAMERA ACOPLADA; AMPLIACAO: 3.5X A 79 X EM TELAS DE 19 POLEGADAS; FOCO: AUTOMATICO; CONEXAO: 2 SAIDAS VGA; ACESSORIOS: MALETA PARA TRANSPORTE; ALIMENTACAO: 100/240V(BIVOLT);	1
WEBCAM - CONEXAO: PORTA USB; IMAGEM: COLORIDA; LENTES: COM ABERTURA MAXIMA F:2.4; CAPTURA IMAGEM ESTATICA: RESOLUCAO MAXIMA 640 X 480 PIXELS ATE 30 QPS; CAPTURA VIDEO: NAO SE APLICA; CAPTURA VIDEO AO VIVO(1): NAO SE APLICA;	36

Quadro 32: *Relação de equipamentos da unidade.* Projeto de Pós-graduação lato sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais –UEMG. 2019.

7. OUTROS CURSOS EXISTENTES NA INSTITUIÇÃO

A faculdade de Educação – FAE –UEMG atualmente oferta um curso de graduação em Pedagogia com funcionamento em três turnos com o número de 800 estudantes matriculados e um programa de Mestrado em Educação em funcionamento desde o ano de 2009. A seguir breve descrição de curso de pós-graduação *lato sensu* atualmente ofertado pela Unidade acadêmica.

7.1 Curso de pós-graduação *lato sensu* ofertado pela unidade.

CURSOS
Curso de Pós-Graduação <i>lato Sensu</i> em Alfabetização e Letramentos
Objetivo: Qualificar profissionais para a docência no processo de “Alfabetização e Letramentos”, fornecendo-lhes instrumentos teóricos e práticos, que poderão contribuir para a melhoria do Ensino de Língua Portuguesa, na escola básica.
Público Alvo: Profissionais graduados em curso superior com interesse na área.
Curso de Pós-Graduação <i>lato Sensu</i> em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Objetivo: O curso tem como objetivo propiciar fundamentos teórico-práticos para que os profissionais empreendam processos de diagnóstico e de intervenção na área da Psicopedagogia Clínica e Institucional.
Público Alvo: Profissionais graduados em curso superior com interesse na área.

Quadro 33: *Cursos de Pós-Graduação lato Sensu já ofertados na Unidade.* Projeto de Pós-graduação lato sensu em Legislação Educacional e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação FAE / Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. 2019.

8. PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Curso:	Direito Educacional e Inspeção Escolar		
Unidade	Faculdade de Educação	Número de bolsas concedidas:	2
Duração em meses:	16	Número de vagas:	32
Carga Horária (horas relógio):	360	Número de mensalidades por aluno:	16

RECEITA			
Valor da Inscrição		R\$ 50,00	R\$ 1.600,00
Valor da Matrícula		R\$ 290,00	R\$ 9.280,00
Valor da Mensalidade		R\$ 290,00	R\$ 148.480,00
Receita Total			R\$ 159.360,00

DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA			
Bolsas	% de desconto	Quantidade de bolsas	Total
	100%	2	R\$ 9.570,00
Desistências (perdidas)	Percentual de desistência	6%	R\$ 8.908,80
Inadimplência (a recuperar)	Percentual de inadimplência	8%	R\$ 11.878,40
Fundo de Apoio à UEMG (6%)			R\$ 7.740,17
Total de Deduções sobre a Receita			R\$ 38.097,37

DESPESA COM PESSOAL			
Contratação de Pessoa Física			
Categorias para remuneração	Horas	Remuneração/Hora	Total
Docentes – Doutores	105	R\$ 96,00	R\$ 10.080,00
Docentes – Mestres	255	R\$ 76,00	R\$ 19.380,00
Docentes – Especialistas			
Orientação de Monografias	150	R\$ 76,00	R\$ 11.400,00
Coordenação do Curso	360	R\$ 28,00	R\$ 10.080,00
Outras despesas (Descrever e inserir o valor total)	Palestrantes		R\$ 3.000,00
Encargos Sociais (20%)			R\$ 10.188,00
Total de Despesas com Pessoal - Pessoa Física			R\$ 64.128,00
Contratação de Pessoa Jurídica			
Categorias para remuneração	Horas	Remuneração/Hora	Total
Docentes – Doutores			
Docentes – Mestres			
Docentes – Especialistas			
Orientação de Monografias			
Coordenação do Curso			
Outras despesas (Descrever e inserir o valor total)			
Total de Despesas com Pessoal - Pessoa Jurídica			
Total de Despesas com Pessoal			R\$ 64.128,00

DESPESAS COM MATERIAIS, SERVIÇOS E INVESTIMENTOS			
Serviços Gerais de Administração pela FADECIT (10%)			R\$ 12.900,28
Emissão de boletos bancários (R\$ 6,07 cada)			R\$ 3.107,84
Valor/hora do aluguel do espaço físico		R\$ 22,47	R\$ 8.089,20
Materiais e Serviços Gerais	Materiais de consumo	R\$ 2.000,00	R\$ 5.000,00
	Cópias e serviço gráfico	R\$ 2.000,00	
	Divulgação e Publicidade	R\$ 1.000,00	
	Transporte e hospedagem		
	Lanches		
Serviços Operacionais	Horas	0	
	Custo/Hora		
Outras despesas (Descrever e inserir o valor total)			
Investimentos previstos (Descrever e inserir o valor)	Simposio		R\$ 5.000,00
	Publicação de livros		R\$ 5.000,00
Total			R\$ 39.097,32

OUTROS ENCARGOS		
Provisão para contingências c/Impostos e Encargos Sociais (2%)		R\$ 2.580,06
Outros		
Total		R\$ 2.580,06

RESULTADO - Fundo de Apoio à UEMG (Unidades)		R\$ 15.457,26
---	--	----------------------

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007*. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.
- CEE/MG. *Resolução CEE nº 459, de 10 de dezembro de 2013*. Consolida normas relativas à educação superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências.
- UEMG. *Normas Gerais da Pós-Graduação – UEMG*. p.4.
- UEMG. *Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – UEMG | 2015-2024*. Belo Horizonte. 2014. p. 81.
- UEMG. *Plano de Gestão 2014 | 2018*. p. 14.
- UEMG. Portal da Faculdade de Educação. http://fae.uemg.br/FaE_sobre.php.
- UEMG. *Resolução CONUN/UEMG Nº 374/2017, de 26 de outubro 2017*. Estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais.

ANEXOS (DECLARAÇÕES E CURRÍCULOS)

